

A obra do arquiteto Raúl Lino no Bom Jesus do Monte

JOSÉ CARLOS GONÇALVES PEIXOTO¹

RESUMO

O arquiteto Raúl Lino (1879-1974) é considerado um dos maiores arquitetos do século XX, com uma vastíssima, eclética e singular obra no país em geral e no Bom Jesus do Monte em particular.

Nele observamos características como conservador, ousado, tradicionalista, elitista, modernista, teorizador, revelando preocupações com a paisagem e a «Casa Portuguesa».

Promoveu a preservação, valorização e identidade do património cultural e histórico do país, através de uma abordagem e de um equilíbrio harmonioso entre a tradição e a modernidade, uma combinação entre elementos neoclássicos com características tradicionais.

Raúl Lino projetou e concebeu algumas obras no Santuário do Bom Jesus, entre 1913 e 1936, nomeadamente, o coreto, o parque de diversões, casino, melhoramentos nos hotéis, casa dos capelães, casa das estampas e nos apeadeiros do ascensor.

Palavras Chave: Arquitetura, paisagem, modernismo, «Casa Portuguesa».

ABSTRACT

The architect Raúl Lino (1879-1974) is considered one of the greatest architects of the 20th century, with a vast, eclectic and unique work in the country in general and in Bom Jesus do Monte in particular.

In it we observe characteristics such as conservative, daring, traditionalist, modernist, theorist, revealing concerns with the landscape and the «Portuguese House».

Promoted the preservation, appreciation and identity of the country's cultural and historical heritage, through an approach and a harmonious balance between tradition and modernity, a combination of neoclassical elements with traditional characteristics.

Raúl Lino designed and conceived some works in the Sanctuary of Bom Jesus, between 1913 and 1936, namely, the bandstand, the amusement park, casino, improvements to the hotels, the chaplains' house, the stamps' house and the lift stops.

Keywords: Architecture, landscape, modernism, Portuguese House».

¹ Historiador e investigador.

PREÂMBULO

Este trabalho resulta de um convite para proferir uma breve comunicação numa tertúlia sobre Raúl Lino. Encarei, de imediato, essa proposta como um desafio e uma espécie de aventura. Como não sou homem de fugir aos desafios da vida, logo no meu íntimo despertou a vontade de aceitar. Só não sabia se disporia de oportunidade de conhecimentos abrangentes para refletir e escrever sobre o assunto. Mesmo assim desconfio que a escassez do tempo me deixe alinhar algumas ideias e chegar ao fim. Por isso o meu reconhecimento por mais esta oportunidade, não para revisitar conteúdos que já foram explorados, mas para descobrir novos factos e abordagens. Não chegamos a tropeçar no convite, nem nas inquietações, pois viver é descobrir e quanto mais desvendamos mais intensamente vivemos.

Esta tertúlia insere-se no âmbito de um programa comemorativo e evocativo de Raúl Lino. Do mesmo constam conferências por especialistas na área, uma exposição, um belíssimo catálogo com o título *Raúl Lino, Arquitetura e Património do Bom Jesus*, e outras iniciativas com uma enorme mundividência cultural.

Saliento a excelente exposição, patente entre 2 de junho de 2023 e inícios do ano seguinte, pois, em minha opinião, uma amostra deve ser mais para ver do que para ler, como se fosse um filme que desperta os nossos sentidos e nos impele a olhar, uma interposição entre o nosso mundo e o mundo do homenageado, uma porta de entrada em novos enfrentamentos, um desafio para novas aventuras e um passeio por novos territórios e leituras. Assisti à inauguração da exposição e, sem pejo, foi um momento que me sensibilizou, sobretudo, por ampliar as fronteiras do conhecimento sobre Raúl Lino, por interpelar e potenciar a abordagem de novos temas relacionados com os bens culturais, a conflitualidade em redor da obra incontornável de Raúl Lino e o seu posicionamento na arquitetura. Não esqueço as intervenções, nomeadamente, do senhor Presidente da Confraria, do dr. Vicente Craveiro, do sr. Arcebispo Primaz e, até, da projeção de um vídeo retrospectivo da vida e do pensamento de Raúl Lino, que me deixaram curioso, ávido de maior aprofundamento, sobretudo, das influências, das raízes do tradicionalismo, do poder da sua arte como função de um conceito e de uma simbologia.

No fundo, estas iniciativas salientam efemérides que não podem ser remetidas ao esquecimento: comemoração dos 110 anos da pri-

meira referência e contato formal da confraria do Bom Jesus do Monte com Raúl Lino, que ocorreu em 24 de setembro de 1913, através de um convite para visitar a estância; dos 50 anos do seu falecimento, em 2024, e 90 anos da conclusão do casino. Não vamos com pomposos discursos, nem cortar fitas, nem salientar vozes e ecos, mas valorizar e contribuir para a divulgação do cortejo de obras de um singular arquiteto, como se dizia outrora, de um «riscador» e pensador da arte.

Sinto-me sensibilizado por participar nesta tertúlia, que procura dar voz e fornecer contributos para a divulgação do conjunto patrimonial cultural, arquitetónico, artístico, estético, paisagístico, com valor universal e de interesse público do Bom Jesus do Monte, o mais grandioso monumento na integração da arquitetura com a natureza e uma das mais conseguidas expressões da arte barroca, entre novos olhares e interpretações, que vai resistindo à erosão do tempo, ao conceito, aos diversos poderes, merecendo ser acarinhado por todos. Pretendemos salientar com esta intervenção o poder da arte, que perdura e transpõe esse mesmo poder e a consistência da obra de Raúl Lino que resiste à usura da longevidade.

Permitam-me um considerando no início desta intervenção. Não sou arquiteto, mas um historiador que dedicou grande parte do seu tempo ao Bom Jesus. Dadas as limitações científicas no campo da arquitetura, prevaleceu o imperativo histórico, não esquecendo e tendo presente o pensamento de Winston Churchill: *«uma boa comunicação deve ser como um vestido de senhora: largo o suficiente para encobrir o assunto; curto o bastante para manter o interesse»*. Ou seja, vou procurar, contra o habitual, ser largo no assunto, mas curto no tempo, pois, segundo o pensamento de S.to Agostinho *«não há nada mais precioso do que o tempo e nada que mais se desperdice»*. Neste sentido, também se enquadra, aqui, a primeira estrofe do soneto «Do Tempo» de frei Castelo Branco: *«Deus nos pede do tempo estreita conta! É preciso dar conta a Deus do tempo! Mas como dar, do tempo, tanta conta! Se se perde sem conta tanto tempo?!»*.

1 – VIDA E OBRA (1879-1974)

Muitos foram os artífices e obreiros do Bom Jesus². Para além dos mesários, benfeitores e empreendedores como D. Rodrigo de Moura Teles, salientamos os riscadores, os arquitetos, os mestres pedreiros, que deixaram obra nesta idílica estância, e que não podemos deixar de mencionar entre tantos: André Soares, Villa-Lobos, Carlos Amarante, Manuel Couto Guimarães, Moura Coutinho, Ernesto Korrodi, Januário Godinho e Raúl Lino.

O proeminente arquiteto e urbanista Raúl Lino foi um polifacetado artista, pensador, uma das figuras mais importantes do movimento de renovação arquitetónica em Portugal no século XX.

Depois de uma laboriosa e extensa vida, deixou-nos um legado duradouro, perto de 700 projetos, uma vastíssima obra e representações gráficas emblemáticas e significativas para a arquitetura portuguesa.

Contribuiu para a promoção, valorização e identidade do património cultural, através de uma abordagem e de um equilíbrio harmonioso entre a tradição e a modernidade, uma combinação entre elementos neoclássicos com características tradicionais.

José Augusto França³ coloca Ventura Terra e Raúl Lino a par, como os mais importantes arquitetos lisboetas, de 1900, e José Marques da Silva, com idêntico destaque no Porto.

No tocante ao escrutínio público, Pedro Vieira de Almeida⁴ opina que a arquitetura moderna surge em Portugal à volta de 1900, sendo o principal rosto José Luís Monteiro, mestre de gerações sucessivas, como Cristino da Silva, Carlos Ramos, Cottinelli Telmo, Porfírio Pardal Monteiro e classifica José Marques da Silva, Raúl Lino e Ventura Terra, como os primeiros arquitetos modernos cuja formação classicista não os impediu de realizar obras que só no contexto das dinâmicas do século XX fazem sentido.

Conhecemos também incursões de Raúl Lino, noutras áreas e que tiveram repercussões assinaláveis⁵.

² Consultar a nossa obra *Bom Jesus do Monte*, 2.^a edição, 2023, pp. 256 a 301.

³ *História da Arte em Portugal no século XIX*, 1.^a edição, 1966.

⁴ *História da Arte em Portugal – A Arquitectura Moderna*, vol. 14, Edições Alfa, 1986.

⁵ Estou a lembrar-me, especificamente, de alguns artigos em jornais e revistas que vieram a público em jornais do norte: «A arte da jardinagem – É preciso desenvolver em Portugal o culto da árvore», in *Notícias de Barcelos*, de 23 de julho de 1936.

De entre tantas obras, planos, desenhos, esboços e projetos, muitos mereciam uma reabilitação. Permitam-me salientar, apenas, dois casos cujo critério é a proximidade, o meu envolvimento ao longo do tempo e a minha admiração pela sua obra.

Conheci desde o fim da adolescência o Banco do Ramalho, quando frequentava o parque do Gerês, logo à entrada do parque florestal da Assureira. Viria a encontrá-lo, mais tarde, a saque e vandalizado. O artístico Banco de Ramalho, em granito, foi construído por iniciativa da Sociedade de Propaganda de Portugal, para perpetuar a memória do escritor Ramalho Ortigão que considerava a originalidade nacional resultado da reelaboração de influências externas.

Como é sabido Ramalho frequentava o Gerês, costumava passar horas naquele local sentado num penedo, de cuja pedra se construiu um banco. Foi inaugurado em 1920, delineado e debaixo da orientação de Raúl Lino. Este local paradisíaco passou depois por um completo abandono. O recinto estava rodeado por cedros centenários que, entretanto, foram cortados⁶. Possuía várias esferas em granito que encimavam este belo exemplar da autoria de Raúl Lino, mas nenhuma se encontra porque foram roubadas. Em última instância, este banco representava uma homenagem de Raúl Lino ao neolusitanismo de Ramalho Ortigão com a publicação de *O Culto da Arte em Portugal*, em 1896.



⁶ In *Diário de Notícias* de 28-7-1920, *Geresão* de 20-6-1995, *Geresão* de 20-6-2013, *Geresão* de 20-10-2013.

O segundo caso prende-se com a casa de Agustina Bessa-Luís (1922-2019), em Esposende. Depois de Vila Meã, e antes de se fixar no seu Porto seguro, onde residiu grande parte da sua vida, Agustina viveu em Esposende⁷, nos anos 60, numa moradia assinada por Raúl Lino, como alguém dizia: «*a alma do norte floresceu um dia, construiu nos pinhais um chalé à moda de mestre Raúl Lino*»⁸. De início entre pinhais, atualmente numa transversal à marginal.



No litoral de Esposende, privou, de perto, com a amiga e escritora Ilse Losa, autora do *Faísca*, livro que li aos meus filhos. Vieira da Silva e o marido Arpad Szenes⁹ também ocupam um lugar privilegiado na casa Bessa-Luís, desde logo através das várias pinturas que decoravam algumas das paredes, mas também de *Longos Dias Têm Cem Anos*, a biografia que Agustina escreveu sobre a pintora: «*a primeira vez que veio a nossa casa, morávamos em Esposende*».

⁷ Na atual avenida Rocha Gonçalves, n.º 11. Agustina refere que viveu em muitas casas. De entre elas, passou por Godim, no Douro; pela Póvoa de Varzim, onde frequentou o Diana Bar e se encontrava com José Régio; e por Esposende. Um pouco na sequência do que pensava «*abandonar as coisas enquanto é tempo*». Enquanto Raúl Lino tinha uma devoção pelo cipreste, Agustina expressa grande admiração pela magnólia.

⁸ *Farol de Esposende*, de 28-6-2019.

⁹ Colocamos o nome de Vieira da Silva pela sua ligação familiar ao fundador do ascensor do Bom Jesus. A pintora era filha única de Marcos Vieira da Silva e de Maria do Céu Vieira da Silva. O avô paterno era João Vieira da Silva irmão da esposa do fundador do Funicular e o avô materno diretor do jornal *O Século*.

Sobre Esposende escreveu alguns dos mais belos textos, entre os quais «Memória de Esposende» (1972), onde refere: «*Quando fui pela primeira vez a Esposende, achei que sucedia alguma coisa de solene; como um rito. Era julho. Nas noites em que o calor abrasava, vinha do rio um hálito de vasa. Como se o princípio do mundo rompesse o cristal das areias e borbulhasse uma vida espessa e cega, no iodo. (...)*»¹⁰.

Noutro livro *O Livro de Agustina* (2017), um dos seus últimos registos de natureza autobiográfica, escreve: «*(...) sem ser de índole marítima, porque o mar não me parece um elemento leal como a terra, em Esposende conheci dias duma perfeita harmonia comigo mesma. As pessoas foram boas para mim, com essa bondade que não se interpreta, só se regista. Nada acontecia e tudo era importante. (...) Nessa altura já me chamavam a eremita de Esposende. Estava a tornar-me típica e, além disso, a ficar bronzada (...)*».

Para além destes exemplares e, entre centenas de obras, recorrendo algumas de forma quase arbitrária, dispensando linhas de força que poderão ser questionadas:

- a casa do Cipreste, a sua própria habitação (1912), em S. Pedro de Sintra. É a vida de Raúl Lino inscrita na pedra. A casa é um todo, um todo vivo. Tudo nasce no pátio. É a partir da intimidade do pátio que o restante espaço se organiza; a casa do Marco é o abrigo do guerreiro e da sua família. A casa, as plantas, a arriba, o céu e o mar constroem momentos de relação na mãe-natureza;

- a casa Vila Luso (1907), em Lisboa, exemplo notável onde combina elementos neoclássicos com características vernaculares portuguesas;

- a casa dos Patudos (construída entre 1905 e 1908), em Alpiarça, palácio construído para José Relvas, político e colecionador de arte;

- os bairros de Alvalade e Restelo, como amostras criativas de áreas residenciais modernas;

- a casa de Santa Maria (construída entre 1903-1907), em Sintra;

- o projeto de restauração e reconstrução do Palácio de Queluz, um palácio do século XVIII localizado nos arredores de Lisboa;

- a casa da Quinta da Bacalhoa, projetada em 1922, em Azeitão;

¹⁰ Agustina Bessa Luís, «Memória de Esposende», in *Alegria do Mundo*, vol. II (Escritos dos Anos de 1970 a 1974). Lisboa, Guimarães Editores, 1998.

– as casas de Rey Colaço, Silva Gomes, Jaime Batalha Reis e Jorge O'Neill, a vila Tanger, a casa da quinta da Comenda, em Setúbal.

Raúl Lino não passou ao largo da polémica. Os artífices da arte estavam divididos pela ideologia. Defensores e adversários digladiavam-se verbalmente e não se ouviam. Uma das manifestações era o regionalismo arquitetónico não como uma reação à industrialização, nem como uma apologia do regresso ao campo, mas, primordialmente, como a capacidade do mundo rural sustentar uma cultura nacional. Uma forma dos artistas expressarem novas interpretações identitárias da arte nos finais do século XIX e princípios do seguinte. Este surgimento e sortimento contrasta com uma pluralidade de contextualizações, expressões culturais e correntes de pensamento. Passamos a descrever alguns «caldos de cultura» que sobressaíram, sem preconceitos e complexos, no panorama e na arte nacional, em geral, e na obra de Raúl Lino em particular.

a) Os primeiros indícios de instabilidade vinham da década de 1870, nas comunicações que Antero de Quental (1842-1891) e Eça de Queiroz (1845-1900) proferiram nas Conferências do Casino (1871), entre outros autores da geração de 70, que o desencanto designou de «vencidos da vida» (1887-1894). O nosso país, sendo periférico, foi marcado por um cruzamento de culturas, onde o nacional vs estrangeiro configura uma preocupação generalizada.

Antero de Quental, no século XIX, interroga a sua geração da viabilidade do nosso povo perante a ofuscante decadência. A par de uma ironia salvífica e de um pessimismo decadente, dado que o passado era um cadáver putrefacto e o futuro uma utopia longínqua, o presente não tinha lugar. Esta fragilidade ôntica, como referia Eduardo Lourenço, entre o pessimismo e o otimismo, incapacitava-nos de viver o presente. Perante tal pessimismo Antero aponta dois sentimentos distintos, duas saídas para o pessimismo: o telurismo e o patriotismo. O primeiro relativo ao amor à terra, o segundo, sendo uma ideia abstrata, relaciona-se com o amor à nação¹¹. Outra opinião posterior acrescenta mais informação à temática, nomeadamente, Fernando Pessoa: «*o português é capaz de tudo, logo que não lhe exijam que o seja, porque somos um grande povo de heróis adiados*».

¹¹ Antero de Quental, «Considerações sobre a Filosofia da História Literária Portuguesa», in *Prosas Escolhidas*, p. 162.

O aparecimento de ideias nacionalistas e a emergência de uma cultura popular sofre um notório incremento. Neste contexto foi determinante o papel de Raúl Lino, como teórico e influenciador, no arranque do século XX.

Também não foi despreciando o contributo de Alexandre Herculano para a história, a literatura e a reinvenção da defesa do património arquitetónico, assente na qualidade artística e não na especificidade nacional.

b) Não se pode dissociar a arquitetura do contexto e da história em que foi criada. Nos finais do século XIX, predominavam na expressão cultural do país, o decadentismo, o saudosismo veiculado pela *A Arte de Ser Português* de Teixeira de Pascoais e o neogarrettismo de Alberto de Oliveira.

O neogarrettismo surge na década de 90 de oitocentos, a pretexto da exaltação do papel dos românticos, o correlato de um sentimento de orfandade, a perda de identidade, tudo agudizado na sequência do ultimato britânico de 1890. É apresentado ao país pelo prospecto da revista *Arte Portuguesa*, que pretende robustecer o sentimento da nacionalidade, de uma cultura nacional, da valorização da história, do património, dos temas populares e da paisagem. A historicidade das nações e o valor patrimonial da arquitetura rural emergiu com Alberto de Oliveira dando relevo às «casas de alpendre», genuinamente portuguesas, contribuindo para o fim dos chalés, «essa *amalgama inestética, à base de retalhos de madeira*» batizados de vivendas, tugúrios e vilas¹².

O escritor Alberto de Oliveira estabelece uma doutrina para o ruralismo artístico, regressando à tradição, a Garrett, ao campo, em oposição ao rebuscamento literário e vícios da civilização.

Até Emílio Biel (1838-1915), que tanto contribuiu para a notoriedade do Bom Jesus, com o seu trabalho deixou-nos encantadoras ilustrações na publicação *A Arte e a Natureza em Portugal*.

Mais tarde os censores de Garrett e dos neogarrettianos, concretamente, o iconoclasta António Ferro, reduziram a «modernidade» às ideias de simplicidade etnográfica, difundidas pelo Secretariado da Propaganda Nacional. Para esta política nacionalista, nota-se o aproveitamento de António Ferro na busca de raízes e fundamentos nos textos de Raúl Lino sobre a arquitetura portuguesa.

¹² Ver António Mesquita de Figueiredo, *Ilustração Portuguesa*, 1913 e Rocha Peixoto, *Etnografia Portuguesa*, Publicações Dom Quixote, 1990.

c) À vitória do nacionalismo artístico de José de Figueiredo sucedeu como protagonista e continuador da historiografia artística nacionalista o médico Reynaldo dos Santos. Ambos sustentaram princípios e conceitos: a arte e a nação eram uma unidade, um todo, uma individualidade acompanhando a história sem se despersonalizar. Ao estudioso competia procurar o «carácter» português na arquitetura, na pintura, na escultura e nas artes decorativas. José de Figueiredo, em 1901, chegou a atribuir a desnacionalização ao «desconhecimento da nossa terra».

d) A oposição à atração pela «internacionalização absoluta», de outro modo, a substituição do nacional pela universalidade e pela globalização. A identidade coletiva inicia um processo de transformação.

e) A promoção da casa portuguesa¹³, ou seja, a revista *A Arquitectura Portuguesa* procedia à divulgação militante de um novo tipo de moradia conhecido por casa portuguesa, ampliando assim a repercussão dos projetos de Raúl Lino e Edmundo Tavares. Com Raúl Lino cresce a vaga nacionalista de colocar a cultura «ao serviço da Nação» e de ser o próprio Estado a dirigir a nacionalização da cultura.

f) As propostas de António Quadros na introdução a uma estética existencialista, criando uma «escola portuguesa de arte moderna», menosprezando uma «*arte abstrata e outras formas escolásticas congêneres serventuárias de Paris*».

g) O amplo embate, e combate teórico e técnico, no campo da arquitetura em nome de princípios orientadores do património cultural, como o ataque de Fernando Távora à «casa portuguesa»¹⁴, atingiu o cume no primeiro Congresso de Arquitetura, em 1948, e no inquérito à arquitetura popular que se arrastou durante o fim do Estado Novo. Simultaneamente, Raúl Lino exultava o «amor das nossas coisas» contra um certo «utilitarismo». O inquérito, dividido por seis zonas do território continental, decorreu entre 1955 e 1960, tendo sido publicado o relatório pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos, em 1961, que serviu os propósitos ideológicos da sua realização. Seis leituras tão diversas quanto os seus autores. Apontam Raúl Lino como inventor e instigador do que chamam impropriamente a «casa à antiga portuguesa».

Abordar o tema da «casa portuguesa» pode levar-nos para vários caminhos. A realidade da habitação da generalidade dos portu-

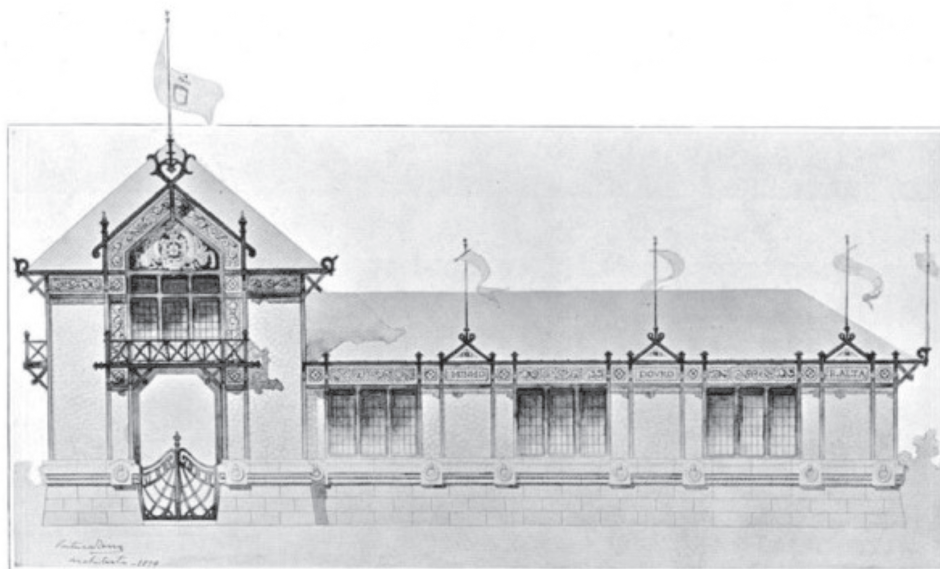
¹³ Plasmada em três livros de referência: *A Nossa Casa*, de 1918; *A Casa Portuguesa*, de 1929; e *Casas Portuguesas*, de 1933.

¹⁴ Fernando Távora (1923-2005), «O problema da casa portuguesa», *ALÉO*, Lisboa, n.º 9, 10 novembro 1945.

gueses, ao longo da segunda metade do século XX, caracteriza-se por elevado pauperismo, por um cenário cru, sujo, austero, desconfortável, decrepito e exíguo. Um tempo onde o espaço era polivalente, sobretudo, o granito se vestia de escuridão, com divisões sombrias onde a luz teima entrar pelo telhado e a precaridade se manifestava por ausência de água canalizada, eletricidade e saneamento. Nas grandes cidades pululavam os bairros de lata, ilhas e barracas. A pobreza era varrida para as periferias. Paralelamente, a habitação própria das classes privilegiadas e das elites sobressaía nos tons cinzentos da paisagem. Como esclarecimento, o nosso objetivo não passa por reescrever a história da habitação, pese embora os dados estatísticos e oficiais serem clarividentes.

No campo da arquitetura assistia-se a uma disputa entre pares. No início do século XX, as arquiteturas singulares e distintas de Ventura Terra e de Raúl Lino disponibilizam novos valores e novas práticas arquitetónicas.

Observando o projeto vencedor do *Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de 1900* de Ventura Terra (Seixas, 1866 - 1919) e o vencido de Raúl Lino, percebem-se, com clarividência, as vias propostas pelos signatários:



Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de 1900
Projeto vencedor e construído no local



Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de 1900

– a do projeto vencedor, conformou o ensejo de modernidade e cosmopolitismo parisiense, o tom progressista da própria exposição que consagrou o *Art Nouveau*. Ventura Terra propalava o descolamento da via progressista avessa à tradição. Promove o emprego do ferro, do vidro, do betão-armado e o funcionalismo na arquitetura nacional;

– a de Raúl Lino agregou estilos moçárabe e manuelino numa estrutura do renascimento com elementos e simbólica da arquitetura nacional – profusão de azulejos, gradeamentos, janelas de canto, escadas adoçadas, sacadas, arcos manuelinos e em ferradura, chaminés, fachadas adornadas com motivos femininos e vegetais, contornos suavemente eróticos e barrocos. Raúl Lino conviveu com as grandes fraturas do século XX, com as vanguardas iconoclastas do pós-guerra nos anos 20, da modernidade e da pós-modernidade, com a crise das convenções nos anos 60, com a desregulação económica e o neoliberalismo dos anos 80, com as dicotomias: «reconciliação entre o passado e o presente, a arte e a indústria, a técnica e a natureza, a sabedoria e a performance, a autoridade e a inovação, o conservadorismo e a liberdade, a ética e a estética, o consumo e a solidariedade». Ousamos afirmar que concilia a arquitetura erudita com a tradição popular.

Na sua autobiografia, Raúl Lino comenta que: «*o seu desinteresse por Ventura Terra deriva das suas características pessoais e espirituais e, em particular, à sua produção progressista, configurada que foi no eclético estilo Beaux-Arts parisiense e próximo do Art Nouveau*».

Resumindo, Ventura Terra mais cosmopolita e racional, Raúl Lino mais conservador e passional associando, de forma moderna, a tradição, técnica, estética e inovação. Também podem ser entendidas como complementares ao refletirem sobre o legado de oitocentos, procurando novas respostas que vão marcar os alvores e a primeira metade do século XX português. Ventura Terra é o contraponto de Raúl Lino, devido ao papel determinante na evolução da habitação.

Nos inícios do século XX, Ventura Terra desenvolve o projeto do santuário do Sagrado Coração de Jesus, ou basílica de Santa Luzia, ex-libris de Viana do Castelo, em contrapartida Raúl Lino recebe o convite para fazer um plano de melhoramentos para o emblemático Bom Jesus, o cartão-de-visita da cidade de Braga. Ambos os arquitetos não iniciam um processo a partir do zero, o primeiro confronta-se com uma pequena ermida medieval dedicada a Santa Luzia (demolida em 1927) e as ruínas da citânia, o segundo com uma obra monumental a que chamaram a nova Jerusalém.

Permitam-me outra referência ao santuário vianense (projetado em 1899, principiado em 1904 e inaugurado em 1959), inspirado no estilo bizantino, neorromântico e neogótico do Sacré Coeur, de Paris, à semelhança da fachada da igreja do Colégio de São Caetano (inaugurada em 1904), em Braga, obra delineada e concebida pelo dr. António Brandão Pereira, provedor do colégio e vedor do parque do Bom Jesus¹⁵. Destacamos, igualmente, no santuário vianense o funicular, que em 2023 comemora o seu primeiro centenário, enquanto o Bom Jesus já celebrou 141 anos¹⁶ e os miradouros dos dois esplendorosos santuários que nos oferecem uma vibrante e espetacular paisagem sobre as respetivas urbes.

Nesta brevíssima resenha histórica da vida de Raúl Lino, pois não é esse o nosso propósito, diríamos estar perante um arquiteto

¹⁵ Consultar o nosso livro *O Colégio de S. Caetano, Instituição Bracarense, 1791-1998*, ed. do CSC, 1998, pp. 140-148. Grande jurisconsulto e figura multifacetada. Segundo o *Commercio do Minho*, de 10 de novembro de 1888, na exposição de vinhos de Berlim com o vinho da sua propriedade na freguesia de Gondizalves, tendo obtido o 2.º prémio com o vinho tinto, colheita de 1887. Anteriormente, também, já tinha sido já premiado com medalha de cobre na exposição agrícola de Lisboa, em 1884.

¹⁶ Algumas obras de Miguel Ventura Terra: venceu o concurso de reconstrução da Câmara dos Deputados após o incêndio de 1895; em 1900, idealizou o pedestal para o monumento ao Marechal Saldanha do escultor Tomás Costa; foi o autor da primeira creche lisboeta; em 1902 foi o ano de concretizar o Palacete de Henrique José Monteiro Mendonça, galardoado com o Prémio Valmor 1909; a Casa do Jacinto Cândido; a casa de Guilherme Pereira de Carvalho; o prédio do Comendador Emílio Liguori; na Rua Alexandre Herculano, Ventura Terra traçou também o seu próprio edifício residencial, exemplo

multifacetado, cuja obra proeminente e diversificada se distribui por projetos, estudos, desenhos de mobiliário, peças de cerâmica, vitrais, memórias descritivas, decoração, materiais e técnicas construtivas, azulejaria, como por escritos doutrinários na imprensa, publicações, ilustrações de livros e cenários para teatro. Valorizava uma íntima e profunda vinculação da arquitetura à natureza, privilegiando espaços com afloramentos rochosos e elementos vegetais, propiciando a fruição de magníficas perspectivas visuais para o horizonte. Veja-se a localização do Parque de Diversões (Casino e Colunata) no Bom Jesus.

De tudo, temos no Bom Jesus uma amostra do estilo peculiar de Raúl Lino, a linguagem arquitetónica genuinamente portuguesa, reminiscências estilísticas e estéticas, raízes e influências, a filiação da «Casa Portuguesa», a atmosfera tradicionalista e modernista, numa perspectiva e critério marcadamente histórico: planta que pontualmente se estende do interior para o jardim, através da inserção de alpendres; cobertura sanqueada e arrematada pelo beiral; telhados que seriam cobertos com telha lusa, em forma de canudo; guarnecimento dos vãos em cantaria; caiação a branco e a cor; aplicação de azulejos; alvenaria, granito e cal; persianas verdes; arcarias, arcos manueíinos e em ferradura, e cumes pontiagudos ou em agulha; chaminé historiada; janelas de canto; escadas adoçadas e sacadas; inserção na paisagem (remete o sentimento da paisagem natural para os alvares do romantismo, onde os edifícios se demarcam da natureza mas emergem dela); culto da árvore (símbolo da perfeição)¹⁷, a vegetação, a rocha; exclusão dos materiais modernos de tudo o que fica à vista, como: pedra artificial, marmorite, cimento, remendos de massa em cantarias deterioradas; discrição na instalação do aquecimento ou de iluminação.

significativo da aplicação da Arte Nova em Portugal que foi o 2º Prémio Valmor a ser atribuído, no ano de 1903; em 1905 projetou o Banco Lisboa & Açores; traçou o Palacete Valmor, por encomenda da Viscondessa de Valmor; os Liceus Camões (1907), Pedro Nunes (1908), e Maria Amália Vaz de Carvalho (1913); em 1907 traçou a casa de João Silvestre de Almeida, com vitrais Arte Nova; em 1908, idealizou a Maternidade Alfredo da Costa; o palacete para José Joaquim da Silva Graça (avô materno de Maria Helena Vieira da Silva., diretor do jornal *O Século*, que foi vendido para se transformar no Hotel Aviz, demolido em 1962; em 1908, o Palácio Marquês de Vale Flôr; em 1912-1913, num traçado representativo da Arte do Ferro projeta o seu Teatro Politeama.

¹⁷ A árvore (oliveira, cipreste) adquirem valor simbólico. Os jardins uma recriação do paraíso perdido.

2 – INTERVENÇÕES NA ESTÂNCIA

2.1 – AS PRIMEIRAS ABORDAGENS E CONTACTOS

As intervenções de Raúl Lino no Bom Jesus distribuem-se por vários locais e encontram-se balizadas num limite temporal alargado, aproximadamente entre 1913 e 1936. Temos conhecimento que, informalmente, a partir de 1904 o seu nome corria nas alamedas da estância. A evocação de Raúl Lino corria entre os mesários, candidatos à presidência do município e as elites bracarenses. Esta linha cronológica e temática relaciona-se, fundamentalmente, com os assuntos que se debatiam nas reuniões da confraria e com a entidade que emprestaria mais prestígio para delinear tais abordagens.

No dealbar do século XX, por questões de atração turística, considerava-se pertinente empreender mecanismos de atratividade, como a oferta hoteleira de qualidade, a luz elétrica, os balneários, o lúdico (ténis) e a diversão (casino). O convite para a produção de projetos estaria reservado para mais tarde. A gravidade e grandeza de um sítio depende de um todo e não dos seus diferenciais competitivos. O fim é assinalado por uma carta endereçada a Raúl Lino, em 17 de junho de 1936, secretário da confraria Eduardo da Silva Esperança. Este afastamento torna-se evidente a partir do momento em que passou a integrar os quadros da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Nesta onda se situa o «chamamento» de Raúl Lino para se envolver na promoção da estância que passava por novos planos e melhorias, como o coreto, o parque de diversões composto pelo casino (salão de chá) e colunata, os hotéis (Parque, Chalet dos Benfeitores, Sul-Americano e do Lago), a casa das estampas, a casa dos capelães (casa dos correios e do telégrafo), as estações do ascensor (apeadeiro inferior e superior), e os quiosques (Bazar Brasil e Bar do Lago).

Num balanço genérico, apenas o parque de diversões, composto pelo casino, salão de chá e colunata, pode ser considerado a sua única obra de raiz «*ab imis fundamentis*», o momento áureo da sua intervenção. As restantes obras não passam de meras remodelações, alterações e melhoramentos. Também encontramos outros contributos arquitetónicos, que, entretanto, não foram contemplados.

Lamentavelmente não encontramos no arquivo da confraria os projetos do famoso arquiteto português, à exceção de pequenos fragmentos. Mas, felizmente, não estão perdidos, pois a Biblioteca de Arte

da Fundação Calouste Gulbenkian possui o espólio do arquiteto Raúl Lino doado pela família à Fundação Gulbenkian na década de 80, composto de 19 mil desenhos relativos a 667 projetos de Raúl Lino que inclui memórias descritivas, fotografias, correspondência e recortes de imprensa.

Neste espólio deparamos com os projetos de Raúl Lino para a estância do Bom Jesus do Monte, que, logicamente, também deveriam estar na posse e no acervo do arquivo da confraria.

Consultamos o espólio de Raúl Lino, relativo à estância do Bom Jesus do Monte, que consta do catálogo da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian:

- alçados, plantas, pormenores: transformação da casa denominada “chalet dos benfeitores”, 1929. 1 desenho original; 1:10, 1:100; 49x87 cm;

- alçados, corte, plantas, pormenores: transformação da Casa dos Capelães, 1929-1930. 4 desenhos originais; 1:5 a 1:100; 28 x 20,5 cm a 49 x 85,5 cm;

- alçados, plantas, pormenores: Hotel do Parque, Hotel Sul Americano, [s.d.]. 4 desenhos originais; 1:1 a 1:100; 42,5 x 62 cm;

- alçados, corte, plantas, pormenores: quiosques, [s.d.]. 3 desenhos originais; 1:1 a 1:50; 36 x 28,5 cm, 57 x 58 cm;

- alçados, plantas, pormenores: estação do elevador, [s.d.]. 2 desenhos originais; 1:1 a 1:50; 30,5 x 71,5 cm;

- memória descritiva: alterações, Hotel do Parque: [s.d.]. 2 folhas;

- correspondência datada de 1932 e 1936. 2 documentos;

- plantas: casino, [s.d.]. 5 desenhos (2 originais, 3 cópias); 1:100; 35 x 63 cm, 34 x 78 cm;

- alçados, cortes, plantas: casino, 1925. 7 desenhos originais; 1:100; 26 x 32,5 cm a 29 x 81 cm;

- pormenores: casino, 1929-1932. 10 desenhos originais; 1:1 a 1:100; 46 x 30,5 cm a 55,5 x 70 cm;

- memória descritiva: obra do casino, projeto de decoração, nota prévia justificativa e descrição: 1930. 10 folhas;

- memória descritiva: obra do casino, projeto de decoração, nota prévia justificativa e descrição: 1930. 9 folhas.

Ao longo de quase três décadas, Raúl Lino manteve contactos e correspondência com diversos interlocutores, especialmente, presidentes e outros vedores da confraria: conselheiro Carlos da Cunha Pimentel da Gama Lobos, presidente da confraria do Bom Jesus entre 1901-1904; conselheiro Serafim Antunes Rodrigues Guimarães, presi-

dente da confraria entre 1904-1906; Bernardo Martins Sequeira, benfeitor, promotor de grandes subscrições para o Bom Jesus, vedor das obras entre 1906 e 1912; Júlio António de Amorim Lima, grande benfeitor, mordomo da confraria (1908-1912) e vedor da fazenda (1915-1917); doutor Luís Maria da Silva Ramos, presidente da confraria entre 1907-1912; Sebastião Mesquita Correia de Oliveira, presidente da confraria entre 1913-1917; tenente coronel Albano Justino Lopes Gonçalves, presidente da confraria entre 1915-1917 e 1919-1927; João Lobo Machado Cardoso de Amaral (visconde do Paço de Nespereira), presidente da confraria entre 1908-1912; doutor João Teixeira da Silva, capitão de engenharia, presidente da confraria em 1918, dr. Eurico da Taxa Ribeiro, secretário da confraria do Bom Jesus do Monte entre 1908-1915; doutor José Duarte Carrilho, presidente da confraria em 1919 e a partir de 1928; dr. António Avelino Gonçalves, presidente da confraria do Bom Jesus do Monte entre 1931-34; dr. Luís Carlos de Lima de Almeida Braga, presidente da confraria do Bom Jesus do Monte entre 1934-1952; Eduardo da Silva Esperança, vedor do museu e da biblioteca entre 1931-34 e secretário da confraria do Bom Jesus do Monte entre 1934-1943.

A leitura das atas da confraria do Bom Jesus do Monte, para alguns fastidiosa, para os historiadores uma fonte poderosa de muita informação, permite-nos um conhecimento pormenorizado de todo o processo, complementado com notícias dos jornais da cidade, com a correspondência travada e outros acervos, nomeadamente, arquivos.

Os primeiros contactos formais com Raúl Lino remontam ao ano de 1913. No entanto, muito antes se alvitrava entre os membros da mesa administrativa da confraria a hipótese de contatar Raúl Lino, um nome que se impunha na arquitetura portuguesa.

Sobraram ocasiões e causou-nos alguma estranheza não ter sido convidado para este plano Ernesto Korrodi (1870, Zurique-1944, Leiria)¹⁸, autor de assinaláveis imóveis da corrente artística que marcou o

¹⁸ Vencedor de dois prémios Valmor. Assinou mais de 400 projetos, distribuídos por 67 municípios. A título exemplificativo, mencionamos outras obras de Ernesto Korrodi em Braga: Banco de Portugal; Castelo da Quinta de Semelhe de João José Ferreira Rego; Estação dos Caminhos de Ferro; Casa Maximinos, no largo de S. Pedro; Casa dos Castelos do Bom Jesus, encomenda de Augusto da Rocha Romariz (1815-1892); Plano primitivo do Parque de São João; (1905) – Palacete Domingos Afonso na rua do Carvalho; (1911) – Coreto de S. Lázaro na freguesia de S. Lázaro; (1903) – Gruta do Bom Jesus; (1913) Mirante no Bom Jesus do Monte; (1914) – Auto-Garage Zenha & C.ia; (1915) – Palácio/Castelo de Da Chica em Palmeira; (1918) – Alteração de edifício Bernardo Sequeira; (1918) – Alteração da Igreja Paroquial de S. Paio de Merelim; Construção

início do século XX, com obra feita no Bom Jesus: em 1903 a gruta; e o mirante, em forma de caramanchão ou coreto, por cima da mesma gruta, inaugurado em 2 de janeiro de 1913, com influências da Arte Nova, movimento artístico surgido um pouco antes, em finais do século XIX, como reação ao academismo, recorrendo a linhas curvas, motivos vegetalistas e conjugação de formas.

Em nossa opinião, por mero provincianismo, dado que a nível nacional rivalizavam Ventura Terra e Raúl Lino. Talvez acreditassem num vento de mudança e esperança, um secreto anseio de rumar ao neo-clássico. Até 1913 o nome de Raúl Lino surgiu em conversas informais e era propalado e sugerido para projetar melhoramentos, mas tal, apenas, viria a acontecer alguns anos depois.

As preocupações estavam voltadas e incidiam, fundamentalmente, no estado precário em que se encontrava o hotel do Elevador (Grande Hotel) e na necessidade de remodelar esta unidade hoteleira. A mesa, sob a presidência do visconde do Paço de Nespereira, em 12 de maio de 1909, decidiu convidar o engenheiro João Teixeira da Silva¹⁹ e o empreiteiro António Martins Ferreira para examinarem o referido hotel e darem o parecer sobre a conveniência da construção de um segundo andar de forma a tornar amplo e confortável a dita unidade hoteleira. O parecer foi favorável. Dado que a confraria não tem hipótese de construir um hotel de primeira ordem propõe suspender o arrendamento à empresa Gomes e Matos (herdeiros do direito de opção outorgado a Manuel Joaquim Gomes, fundador do Ascensor) e proceder ao orçamento da referida empreitada. Mas esta obra não foi parar às mãos de Raúl Lino. Segundo o teor da sessão, de 16 de junho de 1909, o projeto de ampliação do Grande Hotel do Elevador foi elaborado por João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça²⁰, sendo aprovado.

ção de agência bancária BNU; (1929) – Reconstrução da Igreja de N. Sr.^a da Purificação, Palmeira; (1930) – Construção de edifício unifamiliar José Graça, em Palmeira (consultar José Manuel Teixeira, *Arquiteto Ernesto Korrodi, Vi(n)da e Obra*, dois volumes, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2018).

¹⁹ Capitão e tenente-coronel, engenheiro militar, pertencente aos quadros da repartição distrital de Obras Públicas; chefe dos serviços de conservação das estradas. Colaborou com Moura Coutinho nas obras da fachada da Igreja do Carmo.

²⁰ Nasceu em 25 de março de 1872 na freguesia de Arcos, Concelho de Anadia e faleceu em 1954. Moura Coutinho chega a Braga muito jovem e vai trabalhar na Direção das Obras Públicas. Não sendo academicamente arquiteto, isso não o impediu de se aventurar na arte de riscar e construir em muitas regiões do país. Eis, alguns dos projetos construídos de obras públicas e privadas executadas em Braga: Asilo de Mendicidade “Conde de Agrolongo”; Teatro Circo; Banco Nacional Ultramarino; fachada da Igreja da

Em 1912, a nova mesa administrativa, presidida por Sebastião Mesquita Correia de Oliveira, apresentou na sessão de 17 de março, um plano de ação com 14 pontos. De entre estes salientamos: reforma dos estatutos, construção de um elegante casino e balneário em local a definir, ampliação do hotel do Elevador e do hotel do Parque, reabilitação da casa dos Capelães.

Para dar sequência ao programa estabelecido, só no ano seguinte, em 24 de setembro de 1913, a confraria decide convidar Raúl Lino para visitar o Bom Jesus, e para levantar a planta dos melhoramentos a efetuar na formosa estância. O convite foi endereçado pelo secretário da confraria dr. Eurico Taxa Ribeiro por impedimento do juiz-presidente Sebastião Mesquita Correia de Oliveira e do vice-presidente Joaquim de Oliveira Guimarães.

Quase dois meses depois, em 21 de novembro de 1913, foram apresentados os primeiros desenhos dos melhoramentos e memórias descritivas elaborados por Raúl Lino a serem contemplados no plano geral da estância.

Pela conceção do trabalho, desenhos e estudos para aformoseamento da estância, Raúl Lino recebeu, em 31 de dezembro de 1913, a título de curiosidade, o valor de 112 escudos e 68 cêntimos (112#68). Entre 1913 e 1928, segue-se um longo período de correspondência. Volta a visitar a estância em 1928, conforme ata de 27 de janeiro.

Este convite a Raúl Lino mereceu o empenho e a influência do tenente-coronel Albano Justino Lopes Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Braga, desde novembro de 1912 a maio de 1915, que procurou por todos os meios alterar o «status quo», o marasmo da cidade e do Bom Jesus. Deve-se, indiretamente, àquele benemérito o

Ordem do Carmo; Banco de Portugal (1920-28); remodelação interior do Banco do Minho (1920-21, demolido); remodelação do Banco Espírito Santo (1930-31); Padaria *A Nacional* (1922-28); Casa e Padaria/Pastelaria *Ferreira Capa* (1923-29 e 1934-38; remodelação das fachadas e dos interiores de dois edifícios); remodelação dos interiores do café *A Brasileira* (1929); Hotel Aliança (1926-34, demolido); Edifício do Turismo (1935-37); Mercado Municipal em ferro (1914-15); remodelação interior do palacete dos *Vilhenas Coutinhos* adaptado para Tribunal (1922-31); Cozinha Económica, 1932; Ate-neu Comercial de Braga (1º projeto de 1910/11 e o 2º projeto de 1923-27); Garagem Auto-Palace, *O Nosso Café*, 1914-16); CUF – Companhia União Fabril, 1916, na Avenida da Liberdade, junto ao Teatro Circo; Fábrica de chapéus *A Industrial*, 1922; portão e gradeamento da escadaria do Liceu Sá de Miranda (1929-33); casa do general Lobato Guerra, 1914; casa do Artista (1915-17); prédio de rendimento para habitação e comércio de António Maria Lopes (1922-35); casa de Moura Coutinho, no Largo de S. João do Souto, segunda metade da década de 1920; casas na rua Júlio de Lima (décadas de 20 e 30); casa de Augusto Cruz (1928-29).

convite ao arquiteto Raúl Lino²¹, para apresentar estudos e delinear projetos para o melhoramento do santuário.

Desta forma, é sob o mandato de Albano Justino Lopes Gonçalves²² que se processam os mais intensos e importantes contatos com Raúl Lino. O antigo presidente da edilidade²³ abraçou a causa e vestiu a camisola da planeada projeção da estância. A este militar se atribui a fundação do museu (1916), da biblioteca (1918), do novo coreto, da casa das estampas, dos quiosques, do parque de diversões, do casino, da aquisição de novo telescópio (o primeiro foi oferecido em 5 de janeiro de 1862). Em 20 de dezembro de 1924, a confraria do Bom Jesus do Monte adquire outro à casa alemã Goerz de Hamburgo) num ano ímpar para a cidade dos arcebispos, devido, sobretudo, aos congressos que se realizaram: o primeiro congresso eucarístico nacional (2 a 6 de julho de 1924)²⁴, o congresso pedagógico dos professores (de 8 a 12 de agosto de 1924) e o III Congresso Agrícola Nacional de Braga²⁵, em finais de julho de 1924. Neste ambiente, o Bom Jesus aco-

²¹ Confraria do Bom Jesus do Monte, «*Pagamento feito ao architecto Raúl Lino por estudos de melhoramentos*», 31 de dezembro de 1913», Livro de contas (1913-1914), n.º 67. Raúl Lino visita o Bom Jesus do Monte em 1913 e depois em 20 e 21 de janeiro de 1928. Registo de Aquisições, fl.19.

²² Admitido como irmão da confraria em 21 de junho de 1906, então capitão de infantaria, casado e morador na rua d'El Rei, em Braga.

²³ Foi um apaixonado pela música, regente de Orquestra e tocava flauta com grande mestria. Escriturário do Colégio de S. Caetano em 1912, presidente da Câmara Municipal de Braga (1912-1915) e juiz presidente da Confraria do Bom Jesus do Monte entre 1915-1917, 1919-1927.

²⁴ Curiosamente, decorridos 100 anos, vai decorrer em Braga o 5.º Congresso Eucarístico Nacional, entre 31 de maio e 2 de junho de 2024.

²⁵ Decorreu na cidade dos arcebispos entre 27 e 30 de julho de 1924. O Congresso Agrícola de Braga surge na sequência de outros: o Primeiro Congresso Agrícola (20 e 27 de fevereiro de 1888), o II Congresso Agrícola (10 a 12 de janeiro de 1889, o Congresso Agrícola de Estremoz de 20 de fevereiro de 1889, o Congresso Agrícola de Évora de 1 de abril de 1889, o Congresso Vitícola Nacional de 4 de fevereiro de 1895, o Congresso Agrícola de 8 a 10 de março de 1897.

Neste congresso esteve presente o Ministro da Agricultura dr. Torres Garcia, in *Jornal do Norte* de 27 de julho de 1924. Da comissão organizadora faziam parte o Conde de Azevedo, dr. António Pereira de Magalhães Pereira, dr. Justino Amorim, capitão Caravana, mons. José Augusto Ferreira, dr. Carvalho Guerra, Adelino Correia, Simão Duarte de Oliveira.

O entusiasmo pelos congressos era tal que, em Braga, em 1924, outros aconteceram: o primeiro congresso eucarístico nacional (2 a 6 de julho de 1924) e o congresso pedagógico dos professores (de 8 a 12 de agosto de 1924). No embalo e no auge de tão grande entusiasmo o Presidente da Câmara de Braga e Presidente da Confraria do Bom Jesus, Albano Justino Lopes Gonçalves, tendo em conta uma estratégia de atração turística decidiu adquirir em 20 de dezembro de 1924, outro telescópio à casa

lheu muitos forasteiros. Haveria que atrair visitantes ao sacro monte, daí a inclusão, em 1924, do Bom Jesus na Comissão de Iniciativa do Turismo de Braga (CITB).

2.2 – CORETO

Há territórios e regiões específicas que marcam e são referência no panorama arquitetónico mundial, apresentando obras de enorme excelência, beleza, sensibilidade e profundidade humana.

As nossas afirmações sobre as intervenções de Raúl Lino no Bom Jesus, não se enquadram do ponto de vista da mera apreciação arquitetónica, mas, fundamentalmente, numa perspetiva histórica e factual.

O coreto é um elemento icónico do Bom Jesus do Monte e desempenha um papel importante nas atividades e eventos realizados no local. Ele serve como um ponto de encontro, palco para apresentações musicais e local para admirar a paisagem envolvente. A parte profana das festividades, do passado, centravam-se, essencialmente, à volta do coreto. A interação deste segmento com o conjunto não era um acidente, mas possuía um peso estrutural.

Os coretos no Bom Jesus passaram por três fases temporais.

a) Os que foram implementados em finais do século XIX. A ideia da implementação de um coreto remonta, ao século XIX, ao período em que o dr. António Brandão Pereira, na qualidade de Vedor das Obras, se notabilizou na transformação dos terrenos envolventes do santuário para a criação de um parque arborizado, com o seu magnífico lago, grutas artificiais, alamedas e um coreto. Então, o concelho de Braga contava com mais de uma dezena de bandas de música. O coreto era a estrutura apropriada para a difusão, apresentação, atuação e fruição da música popular, geralmente destinado para ocasiões festivas e arraiais populares, no caso para as festas do Espírito Santo. Infelizmente, este vasto panorama de bandas filarmónicas amadoras deixou de existir. A partir da década de 70, do séc. XX, apenas a Banda Musical de Cabreiros se encontra no ativo.

A partir de 1900 já existem referências a coretos²⁶, que, conjuntamente, ofereciam oportunidades para relaxar e beneficiar de

alemã Optische Anstalt C. P. Goerz, A.G., de BeRaúl Linoim – Friedenau (a ata refere Hamburgo).

Sobre este congresso ver também: *O Jornal do Norte* de 27 de julho de 1924 e 03 de agosto de 1924; *A Verdade* de 31 de julho de 1924, 7 de agosto de 1924; *Ação Realista*, n.º 5, de 1 de agosto de 1924.

²⁶ Ata de 21 de novembro.

cultura. Dois anos após, várias atas mencionam o coreto. Concretamente, na ata de 9 de outubro de 1902 alude-se à existência de dois coretos para bandas de música que, entretanto, foram substituídos.

b) Os três coretos «Art Nouveau», nas fotos abaixo, que foram executados debaixo da orientação de Bernardo Sequeira, a partir de 1905, em diferentes locais. Em nosso entender, concebidos por Ernesto Korrodi²⁷.

O primeiro, num mirante por cima da gruta, conhecido também como caramanchão, pavilhão ou belveder. As grutas, elemento simbólico do romantismo, já estão referenciadas no Bom Jesus²⁸ a partir do século XVIII. A gruta melodiosa e fresca de Ernesto Korrodi, mais parecida com um retiro, foi iniciada em 1902. A 23 de maio de 1912, no topo da gruta ergueu-se uma armação de ferro e betão para a execução do coreto, de modo a imitar troncos de árvores, como se pode ver em outras armações no parque. O coreto tem formato octogonal e no chão uma rosa dos ventos com a data da inauguração 2 de janeiro de 1913.

O segundo, de forma octogonal, na extremidade do lago, ampliado pelo vedor Bernardo Sequeira, em 1908, a expensas do benfeitor Júlio António de Amorim Lima.

O terceiro, o principal, na esplanada do templo. Este último, o mais icónico, data de 1906. Na sessão de 21 de maio deste ano alude-se à construção de um coreto de ferro forjado para banda de música e respetivo lustre, com 40 cadeiras de ferro e estantes no mesmo material. Este primitivo coreto possuía uma estrutura arquitetónica singular, fazendo parte do conjunto paisagístico e monumental. Tem uma base granítica, enquanto a parte superior era formada por uma estrutura de ferro com cúpula e telhado em forma de pagode, uma singela pérgula (estrutura apoiada em colunas ou pilares verticais que normalmente suportam vigas transversais e um telhado. Acabam por criar um recanto aconchegante, uma área exclusiva, dando a sensação de estar noutro espaço. Como indicamos anteriormente, e em nossa opinião, este coreto foi idealizado por Ernesto Korrodi, um dos mais destacados arquitetos de arte nova, e construído pela Companhia Aliança, na fun-

²⁷ A nossa convicção baseia-se em três pontos. Primeiro, a relação com Bernardo Sequeira. Korrodi projetou alterações na residência de Bernardo Sequeira. Segundo, fez outro coreto, em tudo semelhante aos anteriores, na Casa dos Castelos no Bom Jesus. Terceiro concebeu outro na freguesia de S. Lázaro.

²⁸ Ata de 8 de março de 1779.

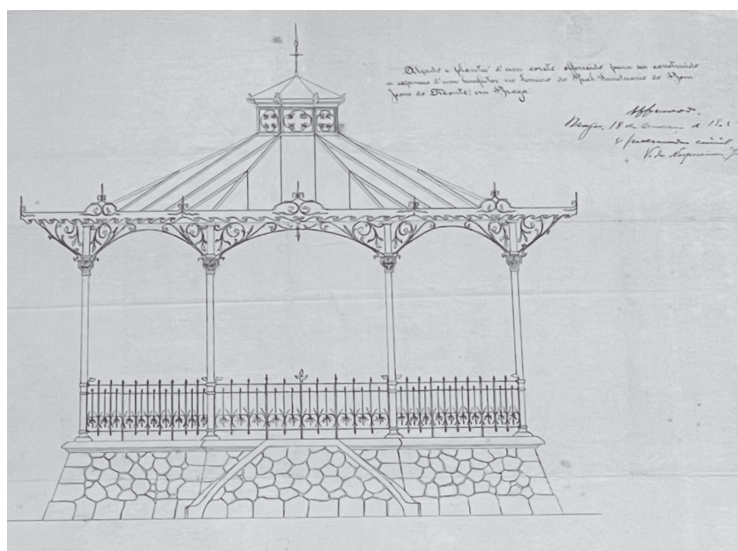
dição de Massarelos, em 1905. Pela ata de 21 de maio de 1906, constatamos que tudo se deveu à ação organizadora e benemérita do confrade e vedor das obras Bernardo Martins Sequeira, que, graças a uma subscrição pública e a expensas suas, levantou este ícone da arte nova. Deste coreto sobressai o ferro, ondulante e dinâmico, a estética naturalista, elementos típicos da «Art Nouveau», que se expandiu poucos anos antes, entre 1890-1920, em Paris.



Coreto «Art Nouveau» no Bom Jesus



O mesmo coreto depois de adquirido pelo santuário de São Bento da Porta Aberta



Paralelamente na cidade, o presidente da câmara municipal, tenente coronel Albano Justino Lopes Gonçalves, no biénio 1911-12, promovia a construção de um mercado municipal²⁹ fechado dotado das infraestruturas adequadas, defendendo a ideia de um novo mercado no mesmo local, segundo a velha tradição³⁰. Apresentaram-se a concurso, numa segunda tentativa, duas propostas, uma da Fundação de Massarelos e outra de Domingos José Afonso, sendo esta a vencedora. O mercado municipal³¹, em ferro industrial, foi inaugurado em 1 de outubro de 1915. Este mercado, sito na praça do município foi encerrado e demolido em 1955, sendo substituído pelo novo mercado sito no Campo da Feira.

Mas voltemos ao coreto do Bom Jesus, pois o tempo segue sempre a sua marcha, sendo nós que passamos pelo tempo e não o inverso.

c) A partir de 1913, surge a ideia, o esboço e o projeto de construção de novo coreto da autoria de Raúl Lino. Na década de vinte pensa-se, definitivamente, na reabilitação do coreto da esplanada do templo. Dizia-se, então, que se impunha gritantemente a remodelação do coreto, dado que o existente afrontava a grandiosidade do local. Impõe-se, desta forma, a construção de um novo coreto. Nos finais da década de vinte, a mesa aproveitou os desenhos e a memória descritiva que o arquiteto Raúl Lino tinha apresentado há mais de uma dúzia de anos, em 21 de novembro de 1913, juntamente com outros desenhos para o embelezamento e remodelação da estância. As dúvidas inquietavam a confraria e, antes de qualquer obra, volta a questionar e a pedir nova opinião ao mestre Raúl Lino, em 1925, decorridos mais de uma dúzia de anos, cuja resposta foi do seguinte teor: *«O coreto tal como está, afronta o local e o templo. A sua situação é, todavia, aproveitável estando, no entanto, em igualdade de circunstâncias sem uma outra, mais em cima, próxima da gruta. Opto, todavia pela atual situação para poder fazer-se o aproveitamento da base granítica, o que, sob o ponto de vista económico, é muito importante, sendo, também, aconselhável, a localização atual por ser a que está mais em contacto com o público a quem o coreto tem de servir. Uma só dificul-*

²⁹ O anterior, que já não servia a população, tinha sido inaugurado em 5 de novembro de 1876.

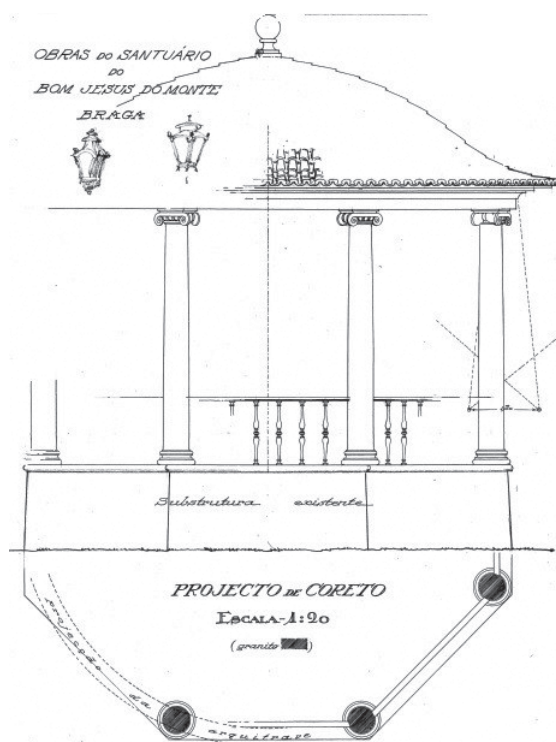
³⁰ Moura Coutinho, «Dois problemas de Urbanização. II – O Mercado», in *O Correio do Minho*, Braga, 17 de fevereiro de 1952.

³¹ O tenente-coronel Lopes Gonçalves promoveu a edificação, em 1915, do mercado municipal e do Teatro Circo, obras que saíram do traço de Moura Coutinho.

dade apareceria: é a de que o meu estudo antigo é sobre o redondo; mas eu modificá-lo-ei sobre o oitavado da base atual (oito belas colunas de granito), não devendo ficar menos interessante».

Em 1926, o coreto da «art Nouveau» ainda servia, perfeitamente, os intentos para que foi criado, pois continuava a revestir-se de importância capital para o desenvolvimento cultural da estância, a ponto de a partir de 7 de julho se ter decidido contratar a Banda do Regimento de Infantaria n.º 8 para se exhibir, uma vez por semana, no coreto da «arte do ferro», material, então, em voga.

Por vicissitudes várias, a concretização do novo projeto foi sendo sucessivamente adiado, pelo foi necessário reformulá-lo, o que viria a acontecer a partir de 1928.



O presidente da confraria, Duarte Carrilho, em artigo de opinião³² datado de 1930, exprimia-se deste modo nos jornais da cidade: «Raúl Lino foi a pessoa que melhor sentiu até agora a obra do grande arqui-

³² *Diário do Minho*, 30 de julho.

teto Carlos Amarante, opinião sempre ouvida e respeitada tanto em Braga como no país. O projeto do coreto é das suas obras mais felizes e primorosas, formando um encantador conjunto de oito belas colunas de granito e telhado à portuguesa».

Segundo carta de Raúl Lino, datada de 6 de novembro de 1932, o arquiteto informa que enviou um rolo registado com o projeto de madeiramento e cobertura do coreto. Esta transformação, ainda, se processou, por ironia do destino, recorrendo a donativos angariados pelas subscrições que Bernardo Martins Sequeira (S. Jerónimo de Real, 1843 – São Vitor, 1927) havia efetuado junto de benfeitores muitos anos antes. Os donativos que possibilitaram esta transformação, justificou uma placa de homenagem póstuma ao mesário Bernardo Sequeira. Em 5 de dezembro, a mesa expressava preocupação em concluir as obras do coreto.

Mas o desassossego continuou no ano seguinte. A mesa, em 23 de janeiro de 1933, teve conhecimento dos trabalhos que faltavam executar para a conclusão da obra, sendo necessário organizar novo caderno de encargos. Em sessão de mesa, de 25 de abril do mesmo ano, foram aceites duas propostas para a conclusão das obras: dos empreiteiros Francisco de Sá e de António Peixoto nos valores, respetivos, de 8.300#00 e 8.650#00.

Mas as obras ainda se prolongaram, pois um ofício, datado de 17 de junho de 1936, endereçado a Raúl Lino, o secretário da mesa, Eduardo da Silva Esperança, escrevia: «*o coreto do largo do Bom Jesus, há pouco reconstruído segundo projeto de V.^a Ex.^a, satisfaz completamente aos fins a que se tinham em vista, e nomeadamente às condições acústicas*».

Neste ano, aqui se centraram os principais atrativos das célebres festas do Espírito Santo.

A mesa, couraçada com esta opinião, vendeu, de imediato, a feérica parte metálica do coreto para o santuário de S. Bento da Porta Aberta por 6.000#00, substituindo-a por um conjunto formado por uma estrutura oitavada, com oito belas colunatas de granito, uma cúpula segundo a estética neoclássica e tradicional, tudo concebido pelo arquiteto Raúl Lino³³.

³³ A ele se atribui um estilo arquitetónico chamado de *Português Suave*, incorporando características da arquitetura tradicional.

2.3 – PARQUE DE DIVERSÕES, CASINO E COLUNATA

O Bom Jesus é uma estância criada pela fé, onde o espiritual ocupa o primeiro lugar, combinando natureza, história, cultura e tradição, não significando, isso, desinteresse pelo lazer e repouso, que devem ser proporcionados aos frequentadores e visitantes.

O homem, na diacronia da história, em todos os tempos e lugares, evoluiu com o movimento, com as emoções, com as várias formas de arte e expressão e, desse modo, procurou transformar os seres e os sítios deste mundo. Progrediram, também, os conceitos, os acontecimentos culturais e sociais, os anseios, as necessidades da humanidade e os diferentes modos de vida.

O século XIX trouxe diversão, recreio e espetáculo ao Bom Jesus, conciliando uma equilibrada harmonia entre o religioso e o profano. Desde as esplanadas, os largos, as avenidas largas, os recintos onde ocorriam os festejos e arraiais até à criação de infraestruturas mais profissionais. A confraria votou este espaço para fazer coabitar o corpo são com a mente sã e para responder às grandes peregrinações e romarias. Daí a preocupação em transformar a Esplanada dos Fornos, não num tradicional local de comércio de «comes e bebes», «de romaria, recreio e folclore», de «botequins, doçarias e tabernas», mas num espaço apto a albergar eventos e festas polivalentes, bailes, chás dançantes, jantares de gala, exposições, saraus, congressos. Foi assim que o casino, durante muitos anos e sobretudo nos seus momentos de apogeu, ofereceu programas socioculturais muito atrativos, onde não faltaram as festas tradicionais, os animados arraiais minhotos, os concertos de bandas de música, espetáculos com os melhores cançonetistas, declamadores, ilusionistas, orquestras ligeiras e sinfónicas, soirées dançantes, matinées festivas, jantares de gala, banquetes de benemerência, centro de convívio, de reuniões e de congressos. Os periódicos da região foram, neste percurso temporal, dando conta destes diversificados eventos. Esteve sempre afastado, no espírito da confraria, o sentido que a palavra assume nos nossos dias «*local de jogo de sorte e azar*», embora o assunto fosse amplamente propalado nos meios de comunicação social.

O Parque de Diversões (e todas as suas valências integradas casino, salão de Chã, restaurante, salão de baile, colunata) é uma estrutura situada nos jardins do Santuário e uma amostra notável da arquitetura de Lino, combinando elementos tradicionais e modernos. O salão de chá apresenta uma fachada neoclássica, com detalhes

ornamentais e colunas que remetem para a arquitetura clássica grega. O interior do salão é espaçoso e elegante, com elementos decorativos que combinam o estilo clássico com toques contemporâneos. Foi concebido como um local para os visitantes repousarem e fruírem da paisagem. Lino foi, também, o responsável pelo primitivo projeto da colonata, estrutura impressionante composta por uma série de colunas dispostas em semicírculo, criando uma galeria coberta que percorre uma parte dos jardins, tornando-se num elemento icónico do local.

O início do processo do casino remonta ao ano de 1904, quando a confraria pretendia um destino mais dignificante para a Esplanada dos Fornos, um espaçoso largo limitado a norte por um comprido parapeito, onde se observa um magnífico panorama sobre a urbe bimi-lenar bracarense.

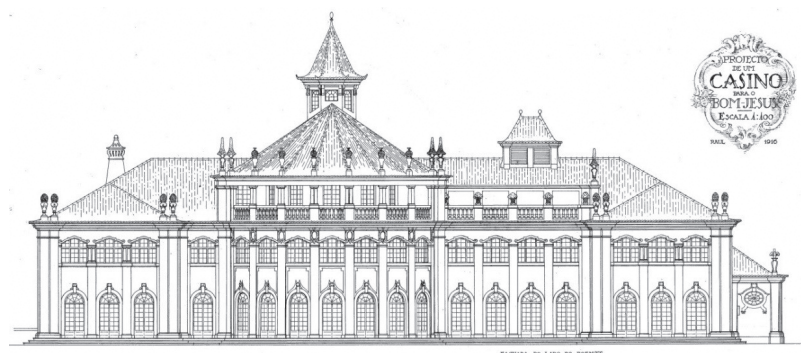
A confraria pressionada pela questão hoteleira, em ata de 5 de agosto de 1904, começa a debater o assunto nas reuniões da instituição. O presidente, conselheiro Serafim Antunes Rodrigues Guimarães, enumera, como desígnio, um conjunto de obras que urge efetuar (luz elétrica, balneário, casino) a fim de transformar a estância o mais «*possível agradável aos forasteiros*», facultar uma frequência mais elevada de visitantes na época de verão, melhorar as fontes de receita e dar satisfação às ondas de desenvolvimento.

Mas concretizar é bem mais difícil, sobretudo quando as questões financeiras falam mais alto. Dificuldades económicas impediram que a construção do casino se concretizasse mais cedo, bem como a falta de acolhimento da ideia de casino nas mentes conservadoras dos cidadãos bracarenses.

Desta forma o processo arrastou-se. A mesa, em 1913, colocou a hipótese da conversão do hotel do Elevador em casino (sessão de 26 de janeiro), então, arrendado à empresa Gomes e Matos.

Artur Pimentel, de Vila Nova de Gaia, chegou a apresentar uma proposta, em 19 de março de 1913, que não encontrou terreno favorável, pois a sessão da confraria, de 9 de maio, presidida por Sebastião Mesquita Correia de Oliveira, dá conhecimento que Artur Pimentel, autor da proposta de adaptação do hotel do Elevador a casino, não aceitou a contraproposta da confraria apresentada em 24 de março.

Como referimos anteriormente, o arquiteto Raúl Lino apresentou os desenhos e a memória descritiva dos melhoramentos a realizar no Bom Jesus do Monte, inclusivamente um primeiro estudo do casino, que ficou pelo papel, em 21 de novembro de 1913.



Projeto datado de 1916

Mas só, em 10 de Janeiro de 1916, é aprovada a primeira versão do projeto do casino³⁴, depois de uma análise exaustiva. Então o presidente da mesa, Albano Justino Lopes Gonçalves definiu-o «*como um projeto verdadeiramente grandioso e elegantíssimo nas suas linhas gerais... edificação sumptuosa que irá enriquecer a estância*».

A este propósito, o *Diário de Notícias*, de 9 de abril de 1916, tem uma versão algo diferente. Refere que Raúl Lino procedeu a alterações profundas: «... *acaba de concluir, agora, um projeto verdadeiramente grandioso e elegantíssimo nas suas linhas gerais, para o casino a construir no Bom Jesus de Braga... revestido de todos os confortos, comodidades e luxo... vimo-lo ontem na casa de Raúl Lino, um verdadeiro ninho de arte... edifício com 47 metros de comprimento por 22 de fundo, compõe-se de 3 pavimentos e no seu exterior apresenta remanescências das lindas edificações do séc. XVIII... destacam-se no seu interior o salão de festas, o palco, o de baile em forma elítica, as salas de leitura, de jogo e de conversa... o projeto vai ser entregue brevemente na confraria*».

O projeto, conforme imagem informa, está datado de 1916. Infelizmente, dada a grandiosidade do projeto, este não chegaria a ser implementado.

Na ausência de uma vontade consistente em avançar com o projeto primitivo, o tempo foi correndo e, mais tarde, na década de vinte, Raúl Lino apresentou uma segunda versão, radicalmente oposta, basta atentar na opinião do mesário e historiador Alberto Feio que o defi-

³⁴ A confraria do Bom Jesus do Monte, *Livro de Actas, 1905-1920*, fol. 112 e *Livro de Contas, 1916-1917*, 7 de outubro de 1916, n.º 77.

niu desta forma: é uma «*edificação pequena e agradável, de sabor minhoto*».

As atenções estavam concentradas na Esplanada dos Fornos, que passavam por fazer deste soberbo e aprazível espaço, com um antanho assente em arrais e distrações populares, com as suas vistas ímpares, um local apetecível para diversificados projetos, nomeadamente, um parque de diversões, com um casino, salão de festas, casa de chá, restaurante, bar, colunata de eventos e arranjos exteriores com repuxo, obeliscos, bancos, parapeitos e mesa.

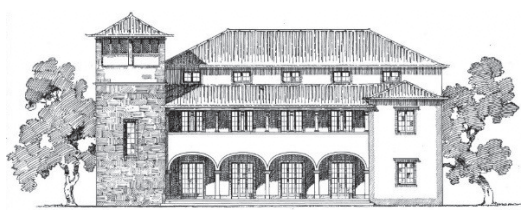
A década de vinte e inícios de trinta marcaram o período construtivo do parque de diversões, cujas principais datas registamos na linha do tempo:

1916	1922	1924	1925	1927	1928-1932	1933-1934
Primeira versão do projeto do casino.	Proposta de um casino e hotel.	Inclusão do BJM na Zona de Turismo de Braga (CITB). Congressos.	Contrato de Arrendamento com a CITB. Primeiro projeto da segunda versão do casino.	Arranque formal das obras.	Empreitadas Decoração Arranjos exteriores.	Inauguração Conclusão das obras.

Vamos, de seguida, desenvolver, em pormenor, cada um destes passos.

Como as obras do casino não avançavam, surgiu na mesa da confraria, em 7 de dezembro de 1922, uma proposta de construção de um casino e hotel com 200 quartos, na esplanada dos Fornos, assinada pelo empresário António Salvador da Costa, da rua Tomás Ribeiro, n.º 97, Lisboa. A confraria acolheu bem a proposta, debruçou-se sobre o assunto e respondeu, em sessão de 18 de dezembro do mesmo ano, do seguinte modo: «*que o proponente se deveria comprometer a executar o projeto do Arq. Raúl Lino*». Dada a falta de vontade em acolher as propostas impostas pela entidade gestora do espaço, o entusiasmo do empresário lisboeta esmoreceu.

Dois anos depois, a estância do Bom Jesus, pelo decreto n.º 10.070 de 5 de setembro, foi incluída na Zona de Turismo de Braga (Comissão de Iniciativa de Turismo de Braga). Não esquecer que, em 1924, Braga foi alvo de muito turismo devido à realização de três históricos congressos. Assim a confraria e a CITB demarcaram o terreno e a esfera de ação de cada entidade.



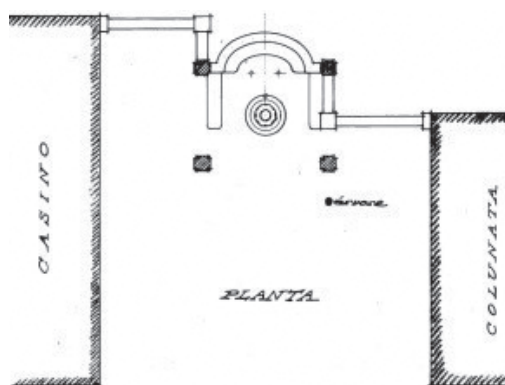
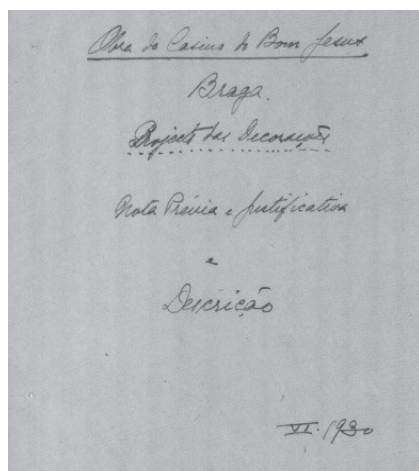
Projeto da Fachada do Casino, datado de 1925



Projeto datado de Julho de 1929

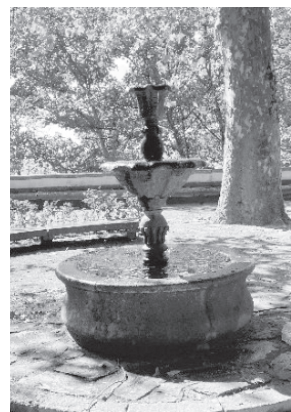
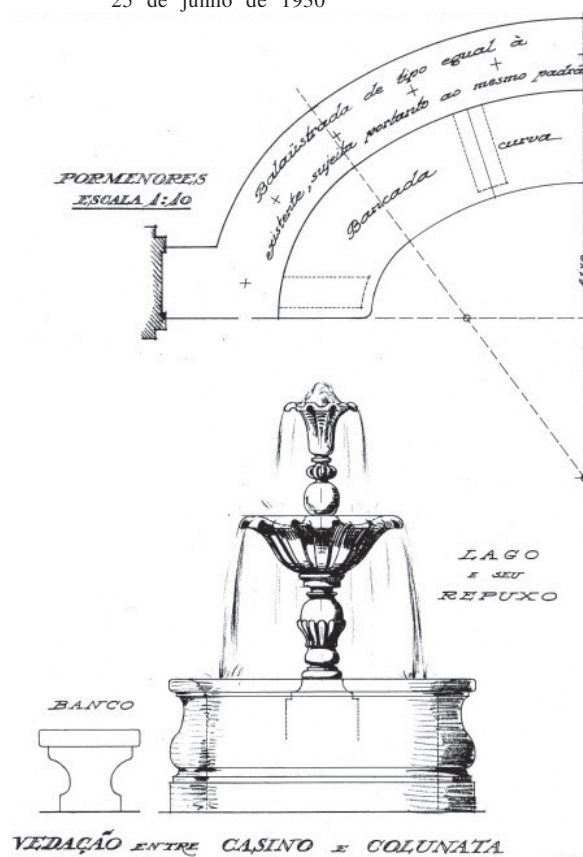


Entrada para o parque de diversões, projeto datado de 1932



Casino, Colunata Exterior, Outubro de 1932

Projeto de Decoração, CITB,
25 de junho de 1930



No ano seguinte, celebrou-se o contrato de arrendamento, autorizado por ata de 22 de julho de 1925, entre a confraria do Bom Jesus do Monte e a CITB (Comissão de Iniciativa do Turismo de Braga). Em 22 de dezembro de 1925 procede-se à escritura de arrendamento. Do teor da escritura constava a cedência da Esplanada (largo) dos Fornos para ser transformada num parque de jogos e diversões, à exceção do jogo de azar, pelo prazo de 18 anos. Este ano marca o arranque simbólico da construção do parque de diversões e das obras do casino, segundo projeto de Raúl Lino, que neste ano assina 5 plantas do casino, 7 desenhos originais de alçados e cortes.

O primeiro Projeto da Fachada do Casino, desta segunda versão, data de 1925, enquanto, paralelamente, o arquiteto Moura Coutinho também projeta, em 1925, um Parque de Diversões para o Bom Jesus e um casino para o Parque da Ponte, em 1927, mas nenhum deles conheceu a luz do dia³⁵.

O arranque formal³⁶ só aconteceria em 1927, com a adjudicação da obra de pedraria ao empreiteiro Domingos Parente, orçada em 129.450#00. O *Correio do Minho* de 20 de maio de 1927, escrevia: «*este projeto é bem mais modesto que o primitivo, sendo do mesmo autor. O primitivo para ser executado, só para a construção, necessitaria de mais de 2.000 contos. A segunda versão, mais modesta, a Comissão de Iniciativa e Turismo de Braga gastará pelo menos 600 contos*».

As obras começaram com novo ritmo, não só por iniciativa da mesa, como também pela pressão exercida pela CITB, sempre com o olhar atento, pessoal e técnico de Raúl Lino que acompanhou as diferentes fases do processo.

Caraterizou-se por uma discussão pública sobre os fins do casino. Impunha-se uma transição, dar um passo em frente, mas esta controvérsia não acompanhava os condicionalismos da velocidade e das prioridades. Alguns tentam resistir ao que parece inevitável. Um artigo publicado no *Diário do Minho*, de 22 de abril de 1927, com o título «*O casino do Bom Jesus. Uma opinião sensata*» referia que Vítor Brandão (filho do mesário António Brandão Pereira) discorda do local para a instalação do casino, argumentando que se tal acontecer, para onde vão os fornos, os típicos lugares de romaria onde se come, bebe e

³⁵ Rita Maria Machado Martins, *João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1872 – 1954) Arquitectura e Urbanismo*, setembro de 2010.

³⁶ *Diário do Minho* de 14 de abril de 1927.

dança, e onde irão colocar as suas carruagens e autos dos frequentadores e hóspedes dos hotéis. Outros artigos foram publicados nos jornais da cidade mostrando oposição à localização do casino³⁷, apontando outros espaços para a sua instalação.

O *Diário do Minho*, de 8 de maio de 1927, questionava o caminho a seguir relativamente ao exercício do «jogo de azar» no casino do Bom Jesus. Neste sentido, os mesários aprovaram uma resolução sobre o assunto, onde se acrescenta que seria antagónico com as condições que devem caracterizar uma estação de repouso e inconciliável com as tradições e caráter religioso. Daí ser absolutamente interdito o «jogo de azar», restando ao casino ser um local de diversão, evitando esse ruído nos hotéis. A esta decisão, Vítor Brandão no *Diário do Minho*, de 10 de maio de 1927, contrapunha que a decisão da confraria se revestia de dois aspetos: um bom e um mau. O primeiro é a proibição do jogo, o segundo não tem em consideração que a estância fica fora da «exclusividade do jogo» que está a ser disputado por várias regiões do país. Entretanto, o signatário não propunha um caminho alternativo³⁸.

As obras avançavam e, em 1928, procedeu-se à arrematação da empreitada da obra de caiador do casino³⁹. No mesmo ano executaram-se os bancos de granito, segundo desenho de Raúl Lino, conforme ofício de 26 de julho de 1928. Neste ano assiste-se a vários pagamentos e indemnizações ao empreiteiro do casino, Domingos Parente⁴⁰. No ano seguinte, estava em curso a arrematação da obra de carpintaria no parque de diversões⁴¹.

³⁷ Artigo do Dr. João Teixeira da Silva, *Correio do Minho* de 22 de abril de 1927.

³⁸ Não é nosso propósito censurar a febre do jogo, apontar o dedo, nem fazer eco da voz do povo (*faucibus haesit*) muito em voga em zonas balneares (Foz, Espinho, Póvoa de Varzim). Houve quem acusasse os abades do Minho de fecharem os olhos a esta atividade: «o jogo é pura e simples invenção recreativa dos padres e dos morgados da província do Minho (...). Todos os anos se arruinam muitas famílias com o jogo da Póvoa de Varzim» (Gomes de Amorim, *As duas Fiandeiras*, Lisboa, 1881. Em relação ao jogo emprega o termo «loucura»). Outros escritores se pronunciaram sobre este fenómeno: Ramalho Ortigão (*As Praias de Portugal. Guia do Banhista e do Viajante*, Porto, 1876), D. António Costa (*No Minho*, Lisboa, 1874. Em relação do jogo menciona «delírio»), Camilo Castelo Branco penitencia-se de se ter deixado seduzir pelo jogo «Joguei na roleta como qualquer patife. Perdi 120 libras como se as tivesse roubado» (in *Camilo íntimo. Cartas inéditas de Camilo C. Branco ao Visconde de Ouguela*, Lisboa, 2012).

³⁹ *Diário do Minho*, de 19 de junho de 1928.

⁴⁰ Atas de 9 de janeiro de 1928 e 24 de fevereiro de 1928.

⁴¹ *Diário do Minho*, de 2 de março de 1929.

Encontramos na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian uma dezena de desenhos originais de pormenores do casino (com datas entre 1929 e 1932).

Assistia-se a um sopro vital do estado anímico, quando, em 1930, Raúl Lino assina a memória descritiva com o título: «*Projeto de decoração para o casino. Nota Prévia e Justificativa*», datado de 25 de junho. Neste ano, foi presente a concurso a empreitada das instalações sanitárias do Casino e do Parque de Diversões⁴².

O engenheiro civil António Valença, em nome da CITB (Comissão de Iniciativa e Turismo de Braga), endereçou uma missiva, datada de 11 de novembro de 1932, em resposta a outra carta de Raúl Lino, com data de 26 de outubro, revelando que a confraria recebeu do mestre Raúl Lino: três cópias do projeto de Raúl Lino, para a vedação entre o casino e a colunata e um desenho para uma entrada ampla com portão de acesso à estrada da Consolação⁴³; informações sobre os azulejos; e a conta dos honorários. Na esteira do exposto anteriormente, os jornais da cidade já davam conhecimento que o casino «*vai ser concluído com brevidade, de forma a poder abrir no próximo verão*»⁴⁴. Assim, em 28 de agosto de 1933, é inaugurado o salão nobre, com um pomposo programa.

A parte restante das obras do casino são concluídas em 1934. A propósito, a Comissão de Iniciativa e Turismo de Braga, que suportou todos os encargos dispendiosos da construção, considera que foi um erro chamar-se «casino», preferindo antes tratar-se de um «Parque de Diversões»⁴⁵, ou seja, um parque de divertimentos com um amplo jardim a abraçar o «templo» dedicado à cultura, entretenimento e arte.

Decorridos meia dúzia de anos, em 1940, a CITB decide intervir, por decisão tomada em 8 de agosto, na conservação e reparação do casino. Quatro anos depois, o casino passou para a posse da confraria, por entrega feita pela Câmara Municipal de Braga, conforme auto de 29 de dezembro de 1944. Em 30 de outubro de 1951, a confraria procedeu ao pagamento de dois mil escudos ao arquiteto Moura Coutinho por um anteprojecto que executou para melhor aproveitamento da

⁴² *Diário do Minho*, de 2 de novembro de 1930.

⁴³ Perto do Bom Jesus, na freguesia de Nogueiró, existe a capela de Nossa senhora da Consolação, à volta da qual se realiza, desde data remota, uma romaria onde as bandas de música tinham, por hábito, subir ao Bom Jesus, descendo depois ao monte da Consolação.

⁴⁴ *Diário do Minho*, de 21 de fevereiro de 1933

⁴⁵ *O Primeiro de Janeiro*, de 6 de setembro de 1934.

colunata existente no Parque de Diversões. Moura Coutinho teve um papel determinante no redimensionamento do espaço, sobretudo a partir de 1950.

Aos primórdios do casino associam-se um conjunto de festas, solenidades e eventos de toda a ordem que deixaram vestígios. Foram muitas e relevantes as iniciativas com muita repercussão que ocorreram no casino. Prolíferos momentos bem publicitados nos jornais da cidade e do Porto, como grandiosos jantares, receções, verbenas, passagens de ano abrilhantada por categorizadas orquestras⁴⁶, «a festa da arte», «o salão de arte fotográfica», «um recital de João Villaret». A título de exemplo relatamos um acontecimento que, na época, obteve muita repercussão. Aconteceu em 24 de agosto de 1952, uma exposição fotográfica (salão de arte fotográfica), promovida pela mesa daquela estância e na qual figuraram mais de 150 trabalhos, cujo júri era composto pelos senhores João da Costa Leite, delegado no Porto do Grémio Português de Fotografia; António Mendes, delegado da Associação Fotográfica do Porto; Platão Mendes, fotógrafo profissional. Saíram vencedores na categoria documental António Santos de Almeida Júnior, de Lisboa, com a fotografia Arcadas do Casino; na categoria artística Mário Pinto de Queluz, com Cozinha do Louzal. Nesta viagem pela dinamização cultural e social desta infraestrutura, a velocidade começou a esmorecer, facto que levou a Câmara Municipal de Braga, em 29 de abril de 1954, a tomar providências para dinamizar o turismo e garantir o funcionamento do casino.

Em reunião de confraria, de 22 de fevereiro de 1980, foi aprovada a minuta da concessão da exploração do casino. Nos últimos anos tem sido explorada pela Sociedade de Hotéis do Bom Jesus.

Resumindo, Raúl Lino foi o apóstolo da revivescência da habitação portuguesa, quando escreveu: *«as casas devem ser de harmonia com o fim a que se destinam e com o local, impondo-se, igualmente, o respeito pelas condições sociais do país em que se vive e, implicitamente pela tradição, definindo que a base segura e certa para um tal movimento de reintegração é aquilo que já existe: a terra que nos serviu de berço, com suas características, com seu clima, com sua tradição e a índole da nossa gente»*. Esta filosofia e conceção da casa portuguesa aplica-se, a nosso ver, neste exemplar segundo projeto do casino, onde observamos evidências, características da propalada casa típica portuguesa.

⁴⁶ *Diário do Minho*, 23 de dezembro de 1959.

2.4 – A QUESTÃO HOTELEIRA

Os hotéis do Bom Jesus são, fundamentalmente, estruturas do século XIX, unidades turísticas herdeiras das famosas hospedarias e mais remotamente dos quartéis.

A questão hoteleira dava uma grande novela, com muitos episódios. Raramente deixava a alma leve e a mente aliviada, bem pelo contrário, as vicissitudes excediam a normalidade: desde as diferentes nomenclaturas por que foram designados os hotéis; os momentos de ouro e de declínio (períodos áureos e baixos); as épocas baixas que deixavam marcas; a publicidade negativa sobre as más condições sanitárias e higiénicas que os hotéis ofereciam; a quantidade de arrendatários que passaram pelas unidades hoteleiras, geralmente por contratos de cinco anos, com cláusulas que os proponentes, antes de concorrerem, tinham de consultar na secretaria da confraria existente na cidade e anunciados nos jornais da cidade; a contestação das rendas; o direito de opção do hotel do Elevador; os trespasses do emprazamento (arrendamento) dos hotéis, como, por exemplo, para a sociedade «Hotéis Portugueses de Turismo»; as polémicas que deram origem a um livro com o título «a questão hoteleira»; os conflitos em tribunais, alguns dirimidos por grandes advogados como Afonso Costa⁴⁷; a constante necessidade de obras e melhoramentos; e a ocupação pelas mais importantes personalidades do país, desde a realeza à burguesia.

Este local sempre foi cobiçado por empresários do setor da hoteleira. Assistimos, ao longo do tempo, a várias propostas para a construção de hotéis no Bom Jesus. Uma dessas iniciativas tem origem em António Claro, Manuel Avelino Pinto Braga e João Batista Ferreira Couto que entregaram e foi analisada em confraria, em reunião de 12 de dezembro de 1905, uma proposta para a construção, segundo eles, do Grande Hotel do Bom Jesus, de um majestoso edifício, com amplas salas de baile e leitura, com serviços clínicos, farmacêuticos e de correio, com capacidade para 300 hóspedes.

Não exploramos, aqui, a história do hotel do Elevador, porque não existiram propostas e projetos de Raúl Lino para intervir neste unidade hoteleira pelo simples facto de Manuel Joaquim Gomes, fun-

⁴⁷ Costa, Dr. Afonso – *Esclarecimento sobre o direito de opção nos arrendamentos do Grande Hotel do Bom Jesus do Monte*, Porto, Tip. da papelaria Ribeiro, 1913; *A Questão Hoteleira no Bom Jesus do Monte*, Braga, Tip. Oficina de S. José, 1928.

dador do ascensor, e por contrato celebrado entre a confraria e este empresário, em 13 de maio de 1880 e reformulado em 15 de março de 1883, tendo em conta o investimento efetuado no ascensor, lhe outorgarem várias contrapartidas: fornecimento de água, exploração da unidades hoteleiras por vários anos e o direito de opção em futuros concursos de arrendamento do Grande Hotel do Elevador. Esta cláusula, com o desenrolar dos anos, provocou muitos atritos, alguns dirimidos em tribunal e condicionou muitos contratos de arrendamento. Com a morte prematura de Manuel Joaquim Gomes todos esses direitos passaram para a empresa Gomes e Matos, do seu filho Alfredo Vieira Gomes e do seu genro José Luís Gomes de Matos⁴⁸.

2.4.1 – HOTEL DO LAGO

Sabemos da sua existência, a partir de 1877, com a respetiva inscrição predial, n.º 12246. Situava-se fora do perímetro da cerca do Bom Jesus, extramuros aos terrenos da confraria, mais acima e

⁴⁸ Um breve historial deste hotel. Em 1909 constata-se a necessidade de grandes obras. Para o efeito foi decidido contrair um empréstimo de 25 contos, concretamente, para a construção de um segundo andar. Na sessão de 12 de junho o empréstimo foi elevado para 35 contos. Em sessão de 16 de junho é apresentado o projeto de ampliação do Grande Hotel do Elevador elaborado por João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça. Foi aprovado. Em 29 de outubro é apresentada a conta do projeto, por ofício enviado pelo arquiteto Moura Coutinho.

Muitas são as polémicas por causa do arrendamento do Hotel do Elevador (Grande Hotel), ou porque aos concursos de arrendamento não aparecem concorrentes, ou, então quando aparecem, a empresa Gomes e Matos exerce o direito de opção. Em 24 de setembro de 1913 é assinada nova escritura de arrendamento, como acontece com o arrendamento, em 14 de setembro de 1914, a Pedro Afonso de Oliveira, contestado pela empresa Gomes e Matos, apresentando uma declaração onde consta que, pelo valor em causa reclamam o direito de preferência. Tal declaração foi indeferida. O conflito chegou ao tribunal da relação, ver sessão de 18 de dezembro de 1915. Claro, o litígio seria resolvido em contencioso, no tribunal da relação por decisão datada de 11 de agosto de 1916, que mantinha o «direito de opção». Por ata, de 31 de dezembro de 1919, a empresa Gomes e Matos arrendatária do Grande Hotel do Elevador trespassou o direito de opção para a sociedade «Hotéis Portugueses de Turismo». Outro problema para a confraria do Bom Jesus. Em sessão de 25 de março de 1920, a sociedade Hotéis Portugueses de Turismo faz uma proposta de arrendamento com o encargo da sociedade proceder à ampliação do hotel, conforme planta e condições que juntavam. A mesa resolver recusar tal proposta, sugerindo que a confraria contrair um empréstimo para a construção de um novo Hotel. Novamente, em sessão de 10 de novembro de 1920, depois de abertura de concurso de novo arrendamento, vê-se a braços com o problema de sempre: a sociedade Hotéis Portugueses de Turismo reclama, agora, para ela o direito de opção porque foi trespassado, não reconhecendo à mesa o direito de pôr a concurso a arrematação.

ladeando o lago que atribuiu o nome a esta infraestrutura. Fundado por Manuel Joaquim Gomes e, a partir de 1895, aos seus sucessores, a empresa Gomes e Matos.



Tendo em conta a situação em termos de propriedade e o futuro daquela unidade hoteleira, a confraria não poderia intervir, apenas solicitou a Raúl Lino planos de melhoramentos e de regularização das entradas junto ao hotel do Lago, conforme teor da ata de 9 de abril de 1926.



A partir de 1927, os jornais anunciavam a venda desta unidade hoteleira, mas tal só aconteceria muito mais tarde⁴⁹.

A incorporação do hotel do lago no domínio fundiário da confraria começou a ser pensado a partir de 24 de maio de 1936, onde se lê que, em virtude da modificação do percurso da estrada que conduzia ao Sameiro, seria uma boa hipótese, sendo presidente Luís Carlos de Lima de Almeida Braga e secretário Eduardo Esperança (proprietário da famosa casa Esperança, na rua do Souto).

A via que passava do lado sul do hotel, passou para o lado nascente, passando a unidade hoteleira a integrar os terrenos da estância pelo que aconselharia a sua aquisição pela irmandade. A assinatura da escritura de mudança de posse aconteceria em 12 de dezembro de 1940.

2.4.2 – HOTEL SUL AMERICANO

Remonta à segunda metade do século XIX a construção deste hotel, outrora denominado do Sul e atualmente do Templo.

Em 1885 temos conhecimento de obras de carpintaria no Hotel do Sul, a cargo de Domingos José Barbosa⁵⁰.

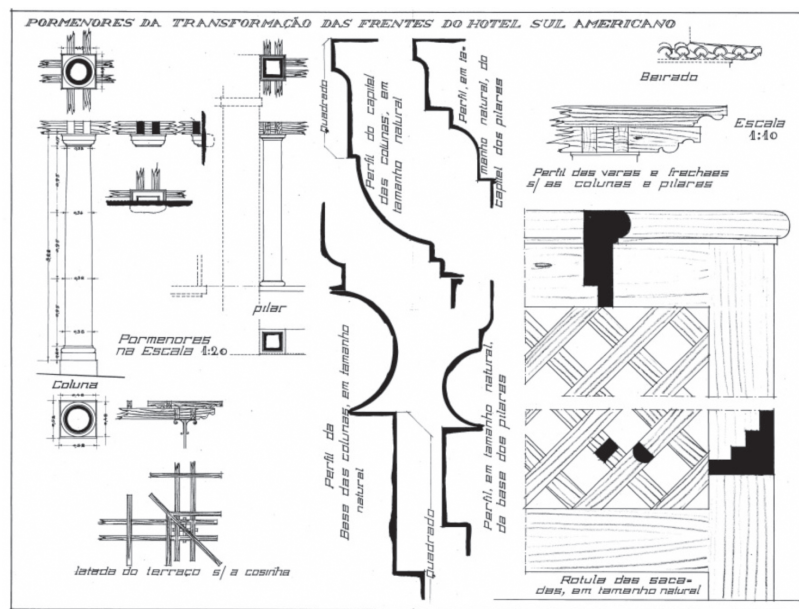
O icónico hotel Sul Americano sofreu remodelações, entre 1902 e 1903, segundo projeto de António de Moura Coutinho. Mas o sonho de construir um grande hotel desvaneceu-se.

Como todas as unidades hoteleiras, a exploração passava não por administração direta da confraria, mas pelo regime de arrendamento. Muitos foram os contratos de arrendamento, quer antes de 8 de novembro de 1903 a quem foi arrendado a José de Oliveira Pinto, quer depois desta data.

O conteúdo da ata da confraria de 19 de setembro de 1912, remete-nos para a necessidade de obras nos hotéis do Parque e Sul Americano, onde se discutiu o projeto e o caderno de encargos. No entanto, logo a seguir, em 30 de novembro, a confraria aprova o projeto e arrenda o hotel do Sul a Manuel Joaquim Pereira Carneiro. A sessão de 7 de dezembro apresenta o teor do «*Auto de arrematação das obras de empreitada de ampliação do Hotel do Sul*», datado de 28 de dezembro de 1912, ao que apareceram 4 propostas. A obra

⁴⁹ Ver anúncio do *Diário do Minho* de 13 de outubro de 1927.

⁵⁰ Arquivo da confraria, *Livro da Conta de Ordinários de Tesourado das Esmolas*, 30 de junho de 1885, fl. 34.

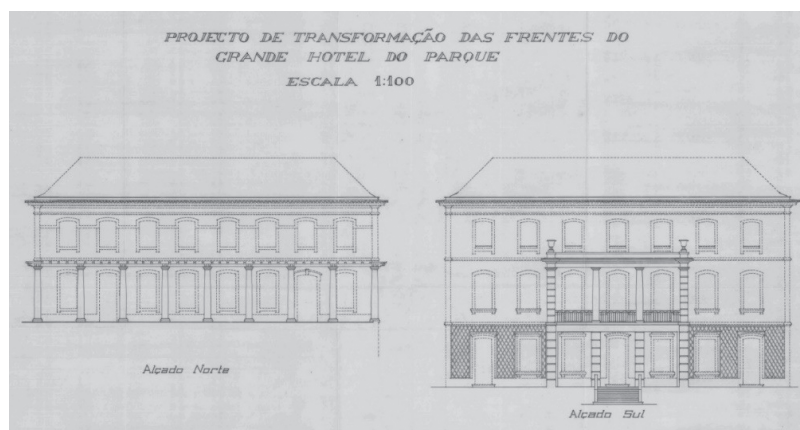


foi adjudicada a Francisco Fernandes Canário por 4.760#00. Em 1915, assistimos à conclusão das obras⁵¹, mediante auto de entrega de 4 de março desse ano. As obras não estagnaram por aqui. Agora, com a intervenção e as ideias de Raúl Lino, em 1928, enviando para o efeito alçados, plantas e pormenores para a remodelação do hotel Sul Americano. O *Diário do Minho*⁵², dos finais da década de vinte, anunciava que o edifício tinha sido «completamente restaurado». Mas não é totalmente verdade, pois Raúl Lino, em carta de 11 de junho de 1930, sugeria a uniformização da fachada principal, e uma «pérgula» voltada para o casino. Concluindo Raúl Lino esteve envolvido neste restauro, apresentando uma arquitetura imponente e grandiosa, com detalhes ornamentais característicos do estilo eclético da época, como a colocação de uma pérgula na zona da cozinha, uniformização da fachada, aplicação de azulejos de tipo vegetalista junto dos beirais e a rematar as padieiras das portas e janelas.

⁵¹ Consultar ata de 6 de fevereiro de 1915.

De 7 de agosto de 1928.

2.4.3 – HOTEL DO PARQUE E CHALET DOS BENFEITORES



O Hotel do Parque resultou, também, da reconstrução de um edifício oitocentista. Nesta época, em 1878, era comumente designado por hotel dos Arcos. Possuía uma fachada elegante e imponente, com elementos arquitetónicos e detalhes ornamentais clássicos, como colunas e frontões.

Raúl Lino também se envolveu nas alterações e remodelações do hotel do Parque e do Chalet dos Benfeitores, sobretudo a partir 1913, mas as grandes intervenções processaram-se entre 1924 e 1928.

O conceito de Chalet remete-nos para o romantismo, para os finais do século XIX. Por todo o país floresciam Chalets: em Cascais, pontificava desde 1873 o Chalet Palmela, projetado pelo arquiteto inglês Thomas Henry Wyatt⁵³. À medida que crescia este conceito de Chalet, como realçava Ramalho Ortigão, buscava-se semelhanças e apreço pelas pequenas casas rurais, comparáveis às dos nossos avós. Paralelamente crescia um discurso crítico dessa «*híbrida confusão alucinada do chalet suíço, do cottage inglês, da fortaleza normanda, do minarete tártaro e da mesquita moura*», como dizia José-Augusto França: esse «*horto psiquiátrico*» que só um influxo nacional poderia curar. Assim as reações contra os chalés aumentaram com a sua vulgarização, que produziu caricaturas de telhados abruptos um pouco por todo o país.

⁵³ E o chalet Ficalho, também em Cascais, edificado em 1897, sobre um projeto de Manuel Ferreira dos Santos. Residência dos aristocratas Condes de Ficalho. Prémio de reabilitação VIALVA 2023 atribuído pela fundação Calouste Gulbenkian.

Terá sido Ventura Terra quem definiu, em Portugal, a composição mais habitual do Chalet, propondo, também, um modelo de casa de veraneio, organizada em banda, mais cosmopolita e inovadora que os projetos unifamiliares de Raúl Lino, propostos em *Casas Portuguesas*. Raúl Lino se não alinhou na moda do «chalet», do «château», do «cottage», também não fez cedências ao «mau gosto da arquitetura antiga portuguesa e estrangeira» e ao decadentismo.

O Chalet dos Benfeitores foi projetado em 1877. Caracteriza-se por ser uma estrutura implantada nos jardins do santuário, por cima da atual casa das estampas e pelo estilo arquitetónico eclético, com influências do neogótico e do estilo romântico. Funcionou sempre como uma sucursal do hotel do Parque. Possuía uma fachada pitoresca com influências estrangeiradas. O interior do Chalet era decorado com móveis e elementos que remetiam à época. Construído em madeira, estilo arte-nova, influenciado, com certeza, pelas montanhas e regiões helvéticas, alpes suíços, típicas edificações de montanha onde os benfeitores acorriam pelas suas propriedades e preponderâncias medicinais. A data da conclusão⁵⁴ remonta a 1900.

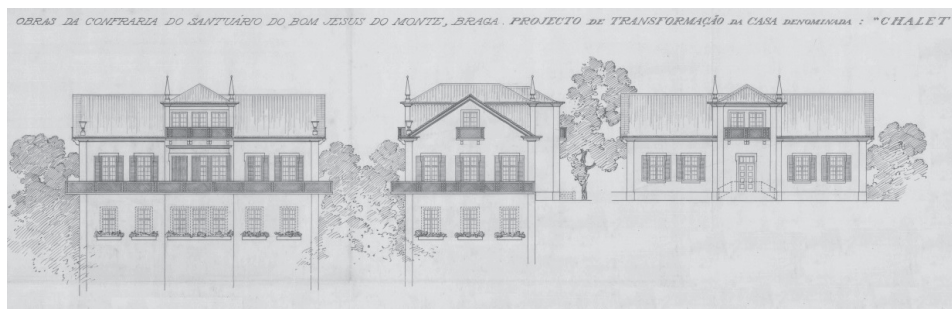
A exploração do Chalet, à semelhança das outras unidades hoteleiras, passava pelo arrendamento. Daí serem vários os arrendatários (Manuel Ribeiro de Carvalho, João Batista Ferreira Couto, José da Costa Júnior, Sociedade Hotéis Portugueses de Turismo).

Em 1905, concluiu-se a ligação da linha telefónica entre o Hotel do Parque e o Chalet.

⁵⁴ *Livro dos termos e Acordãos*, 4 de fevereiro de 1900, fl. 111v.



CHALET



Chalet, projeto datado de outubro de 1929

Mas regressemos ao hotel do Parque. Em 28 de abril de 1909, a mesa considera que há necessidade de obras nos hotéis, para evitar censuras, pois não oferecem comodidades e conforto aos forasteiros. Frisa, igualmente, a necessidade de um hotel de primeira ordem. Mas só em 1913, foi presente e aprovado o auto, datado de 5 de janeiro, com o título «Auto de arrematação e adjudicação da empreitada das

obras de ampliação do hotel do Parque». Compareceram 4 propostas. A empreitada foi adjudicada a Guilherme José Pereira pelo valor de 14.350#00. As obras continuaram no ano seguinte. Em 9 de fevereiro de 1914 procedia-se ao pagamento da 7.^a tranche.

Mas os problemas com o hotel continuaram e ouviam-se novas proclamações de urgência de conservação, de modo que, em 17 de abril de 1920, a confraria decide contrair um empréstimo de 50.000#00 para novas reabilitações dos hotéis e outros locais. Também se colocou a hipótese, neste dia, de construir um emblemático grande hotel de raiz, dadas as debilidades existentes nas diferentes unidades hoteleiras.

Nesta sanha, três anos após, afirmava-se em sessão de confraria de 30 de janeiro de 1923, que eram imperiosas e urgentes as obras de aformoseamento e conservação do hotel do Parque e do Chalet dos Benfeitores.

É, agora, que se reclama a urgência de obras no hotel do Parque e no Chalet, pelo que se acode aos planos de Raúl Lino, conforme ata de 9 de abril de 1929. Devido ao mau estado de conservação, a maioria dos membros da confraria, em reunião de 15 de outubro de 1929, opta pela reconstrução, analisando, para o efeito, um estudo de melhoramento urgente do Chalet dos Benfeitores de Raúl Lino, com o título «*Projeto de Transformação da Casa denominado Chalet*».

Nesta sessão da confraria não houve unanimidade, pois o presidente era adepto da demolição do Chalet.

Perante significativa divisão dos membros da confraria, Raúl Lino, em carta datada de 11 de junho de 1930, dá conhecimento que enviou dois projetos completos para os hotéis do Parque e Sul Americano, juntando, também, os primitivos estudos. Nesta missiva, o autor apresenta as grandes ideias do projeto do hotel do Parque: criação de um terraço, adoçado à fachada, suportado por colunas; introdução de sacadas; capitéis nas frontarias; um pórtico para dar relevo à frontaria; dotar a fachada norte (voltada para o terreiro dos evangelistas) de uma elegante «pérgula», sustentada por robustas colunas de granito e um varandim e balaustrada em redor da unidade hoteleira⁵⁵. A pérgula (varanda exterior ou terraço coberto) é emblemática na inconfundível arquitetura de Lino.

Em 17 de abril de 1931, decide-se, dados os problemas existentes, desanexar o Chalet dos Benfeitores do hotel do Parque e acen-

⁵⁵ Que foi colocada, conforme ata de 28 de janeiro de 1935.

tua-se o aperto de proceder a obras, sobretudo no hotel do Parque⁵⁶, para não lançar desprestígio na estância.

Dada a inevitabilidade e a pressa de obras no hotel do Parque⁵⁷, a confraria solicitou ao Governador Civil isenção de concurso público, aceitando, apenas, o acatamento de propostas, para facilitar a execução. Para tal, a confraria contraiu um empréstimo de 500 contos.

O teor da ata de 23 de abril de 1932, dá conhecimento do arranque das obras no hotel do Parque, que foram adjudicadas a Luís Martins Ferreira e Filhos, de acordo com os planos e as indicações de Raúl Lino. As imagens supra mostram as diferenças entre o antes e o depois, concretamente, o aumento de mais um andar.

Mas permanecia o problema «Chalet» pois apresentava um elevado estado de degradação. O dilema permanecia: manutenção ou demolição⁵⁸.

Terminadas as obras, admitiu-se a hipótese de converter o hotel do Parque num colégio⁵⁹. Para espanto nosso, ainda chegou a funcionar como uma residência de jesuítas, entre outubro de 1935 e fins de 1936. Aqui permaneceram os jesuítas espanhóis, enquanto não se concluíam as instalações de Soutelo (escolhida em detrimento do convento da Torre), acordo feito com o padre José M. Mazarrasa, superior dos Jesuítas Espanhóis. De fora, deste arrendamento, permaneceram as lojas do piso inferior: barbearia, pastelaria, restaurante e adega.

Permanecia a pedra no sapato, de modo que a confraria, em 1942, ainda mandou proceder a estudos para a transformação do Chalet⁶⁰. No ano seguinte⁶¹, a confraria reconhecia que o Chalet tinha um estilo inadequado para o local, estava envelhecido, mesmo assim, foi mandado fazer um projeto de ampliação e arranjo para ser enviado ao Ministro das Obras Públicas. Em 1945, ainda se consultam empreiteiros para dar orçamentos para as obras do Chalet⁶².

É aqui que entra o juiz da confraria, Luís Carlos de Lima de Almeida Braga (presidente entre 1934-1952), no seu livro «*Grandezas e Misérias do Bom Jesus*», datado de 1940, onde refere que «*era necessário demolir aquele chalet*». Tal só aconteceria em 24 de maio de 1945.

⁵⁶ Ata de 18 de maio de 1931.

⁵⁷ Ata de 28 de março de 1932.

⁵⁸ Ata de 25 de abril de 1933

⁵⁹ Ata de 16 de dezembro de 1933.

⁶⁰ Ata de 23 de novembro de 1942.

⁶¹ Ata de 23 de novembro de 1943.

⁶² Ata de 14 de março de 1945.

2.5 – CASA DAS ESTAMPAS



A casa das estampas⁶³, nas proximidades do adro e do templo, já era mencionada nos livros da confraria em 1897, estabelecimento privilegiado para os turistas adquirirem alguma recordação do local que visitaram.

O piso superior da casa das estampas chegou a funcionar como casa de apoio ao culto, secretaria do reitor do santuário, sucursal do hotel do Parque, restaurante Costa, museu, biblioteca, sala de leitura, observatório meteorológico, GNR e, ultimamente, sede da Confraria do Bom Jesus do Monte.

Com a aprovação e criação de um museu em 23 de outubro de 1916, a confraria começa a observar os projetos de melhoramentos de Raúl Lino com mais acuidade. Em 14 de Novembro de 1917, a confraria decide-se pela ampliação do museu. De seguida, em 1918, é criada a biblioteca do santuário, constituída pela livraria de Gaspar Leite de Azevedo, oficial aposentado do Governo Civil de Viana do Castelo, a qual fica instalada em anexo da casa das estampas, onde se encontra o museu da confraria e, alguns anos depois, em 16 de maio de 1928, por mais um conjunto de livros doados pelo dr. Manuel Monteiro, constituído por uma coletânea de livros, na maioria romances de clássicos franceses.

Foi aprovada, em 16 de março de 1919, sendo presidente o dr. João Teixeira da Silva, a entrega ao arquiteto Raúl Lino de oitenta escudos, por duas aquarelas para o projeto das obras a fazer com a modificação da casa das Estampas.

⁶³ Confraria do Bom Jesus do Monte, *Livro da Conta de Ordinários do Tesourado das Esmolas*, 30 de junho de 1897, fl.110.

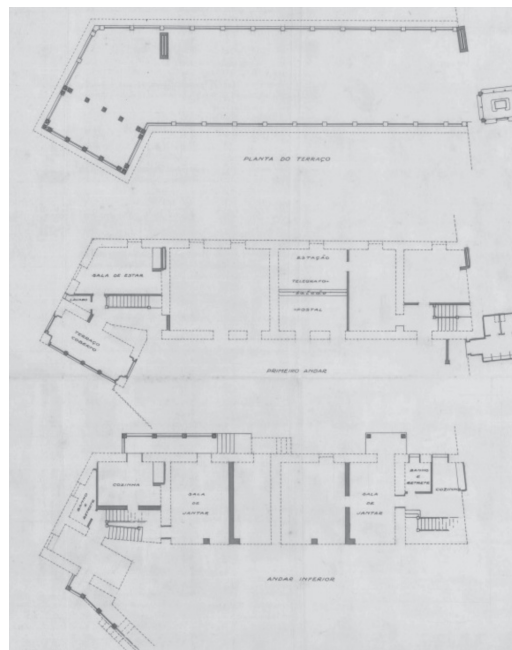
Em 17 de abril de 1920 a confraria decide contrair um empréstimo de 50.000#00 para obras na casa das estampas, entre várias. Logo a seguir, em 29 de outubro de 1920 constatou-se a necessidade de processar alterações na fachada visto o seu aspeto não condizer com a dignidade do local. Para a reconstrução da casa das estampas, museu/arquivo/biblioteca, posto da GNR, pequeno observatório meteorológico⁶⁴, a mesa gerente do santuário do Bom Jesus do Monte vendeu, em 1921, fundos no valor de 8.479\$00, 40 ações do Banco Aliança e 41 ações do Banco do Minho.

Finalmente, as obras de remodelação da casa das estampas conhecem o termo em 1926, conforme projeto do arquiteto Raúl Lino, sobretudo com um avançado na fachada em arcaria assente em colunas robustas e a colocação de um painel de azulejos com motivos florais e moldura barroca, em ouro sobre uma sinfonia de azul. A biblioteca e museu passam a ocupar o piso superior da casa das estampas. Para coroar toda esta azáfama, a confraria, em 21 de abril do mesmo ano, tratou da impressão do catálogo (inventário) da biblioteca, a cargo de Alberto Feio, que viria a ser impresso no ano seguinte⁶⁵.

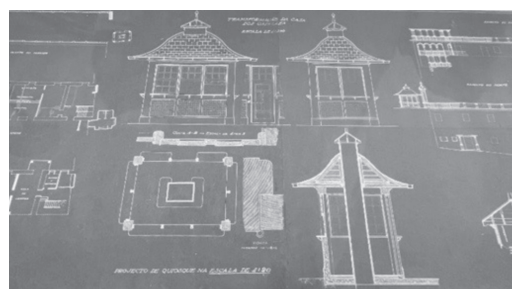
⁶⁴ *Diário do Minho*, 15-05-1921.

⁶⁵ *Catálogo Geral da Biblioteca*, referido a 1 de janeiro de 1927, Braga, Oficina de S. José, 1927.

2.6 – CASA DOS CAPELÃES



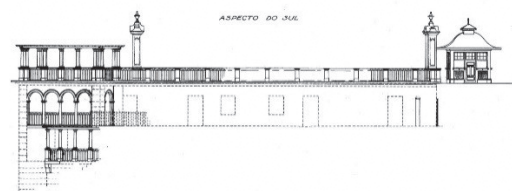
Projeto de janeiro de 1929



Projeto de janeiro de 1929



Fotografia datada de 1 de agosto de 1973



Casa dos Capelães, projeto datado de 1929

A casa dos capelães era a residência dos reitores do santuário. Desde sempre existiu um edifício com esta finalidade.

Como tudo, até os monumentos sofrem com a voragem do tempo e a degradação torna-se um facto consumado, o que acontecia em finais do século XIX.

Daí, a casa dos capelães também ser incluída num programa ambicioso, de rejuvenescimento e remodelação geral da estância, solicitado ao arquiteto Raúl Lino.

O empréstimo de 50.000#00 contraído, já anteriormente referenciado, também se destinava a obras na casa dos capelães. No entanto, de acordo com a mesma fonte, datada de 9 de janeiro de 1928, ainda permanecia a intenção de remodelar a casa dos capelães e sanitários adjacentes. No ano seguinte, finalmente, processou-se a reconstrução por administração direta da casa dos capelães⁶⁶, segundo esboço de Raúl Lino que previa uma transformação funcional e estética do local com: um enorme terraço, um quiosque, uma zona coberta no terraço superior, alterações na fachada frontal e traseira, duas cozinhas e duas salas de jantar, casas de banho, sanitários, lavabos, no primeiro andar um terraço coberto com arcaria, remodelação da estação do telégrafo e do posto dos correios, e uma sala de estar.

A execução da obra repartiu-se por etapas: em 1929, anúncio para abertura de concurso, para a execução da obra de pedraria da casa dos capelães⁶⁷. Em 1930, o juiz presidente da confraria, dr. José Duarte Carrilho, informa que era necessária maior dotação para a obra da casa dos capelães⁶⁸.

A parte final da obra foi acompanhada pelo arquiteto Moura Coutinho e pelo engenheiro António Valença, diretor das Obras Públicas de Braga. Conforme teor da sessão da confraria, de 10 de abril de 1930, o arquiteto Moura Coutinho propunha uma reestruturação interna da casa dos capelães, ouvido o capelão mor. Aos serviços prestados por Moura Coutinho e António Valença foram alocadas verbas no valor de três mil escudos⁶⁹, em 1933.

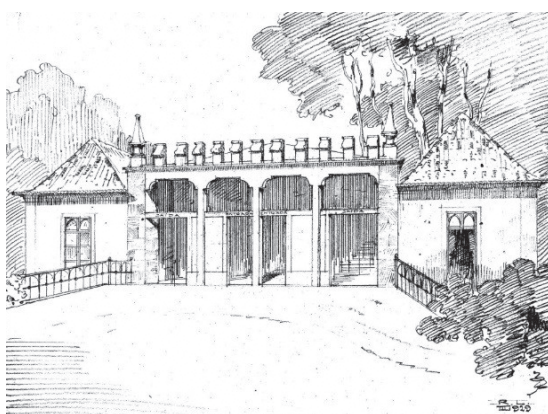
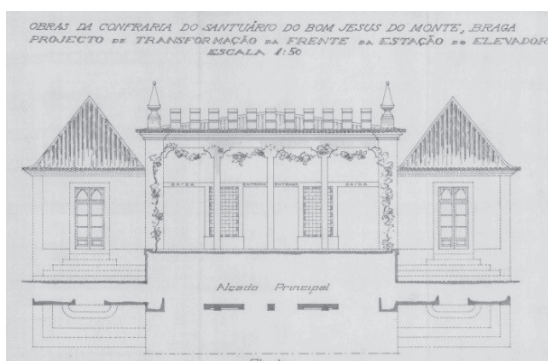
⁶⁶ Ata de 16 de julho de 1929.

⁶⁷ *Diário do Minho* de 31 de julho de 1929.

⁶⁸ Ata de 10 de abril de 1930.

⁶⁹ Ata de 8 de setembro de 1933.

2.7 – ESTAÇÕES DO ASCENSOR



Os apeadeiros inferior e superior conheceram várias imagens e fachadas ao longo do tempo.

Relativamente ao apeadeiro inferior, a última intervenção aconteceria em 1929. Depois de solicitar dados métricos para a estilização da frontaria do ascensor, Raúl Lino apresenta uma proposta com o título «*Projeto de Transformação da Frente da Estação do Elevador, escala 1:50*», ou seja, um esboço para o apeadeiro norte ou estação inferior do ascensor⁷⁰. Mais uma vez, Raúl Lino pretende substituir a estrutura em ferro por colunas graníticas, mas aqui a sua proposta derrapou.

A intenção era avançar, mas os contratos iniciais de exploração, assinados em 1880 e 1882, dificultavam a tarefa, pois colocava-se a

⁷⁰ Ata de 9 de abril de 1929.

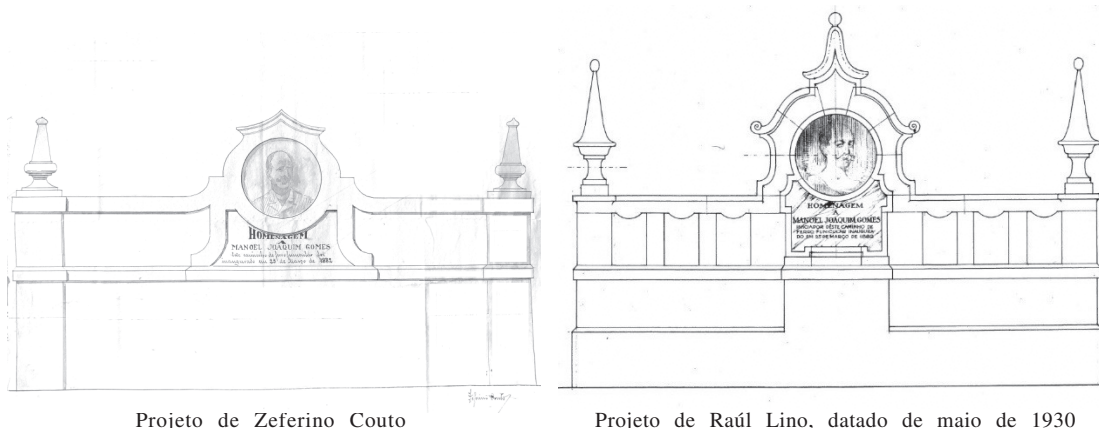
questão de saber quem deveria suportar as despesas: a confraria ou a entidade que explorava o ascensor, os Serviços Municipalizados.

A ata de 22 de agosto de 1930 propõe os termos em que deveria assentar um novo contrato. Dele extraímos alguns itens: a retificação da esplanada inferior do ascensor, a transformação do edifício de entrada do mesmo, a transformação em alpendre da parte superior do ascensor tendo em consideração o estilo e a arte do local.

No que concerne ao apeadeiro inferior, quase nada se praticamente do projeto de R. Lino, pois, ainda hoje, conserva grande parte da estrutura «Arte Nova» de 1905.

Raúl Lino também elaborou esboços para o apeadeiro superior, também conhecido pelo apeadeiro sul. Em 1 de maio de 1930, apresentou um projeto de cantaria para emoldurar o medalhão de bronze para colocar a efígie de Manuel Joaquim Gomes.

Entretanto, a confraria foi confrontada com outros projetos, acabando por se chegar a uma solução híbrida, entre os esboços de Raúl Lino e Zeferino Couto⁷¹. Pelo exposto, o busto em alto relevo do fundador do ascensor, executado pelo escultor Henrique Moreira, que, apenas, seria inaugurado em 1957, por ocasião do 75.º aniversário do elevador.

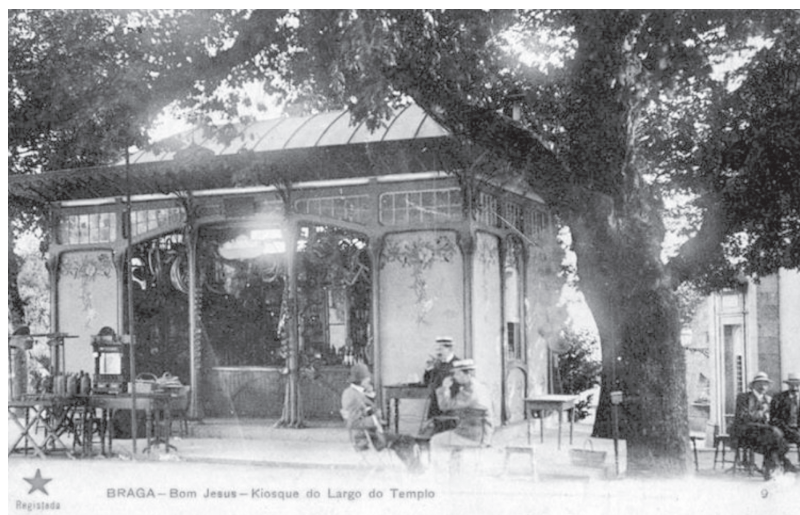


Projeto de Zeferino Couto

Projeto de Raúl Lino, datado de maio de 1930

⁷¹ João de Moura Coutinho criou uma verdadeira escola de arquitetura em Braga. Foram seus colaboradores o arqº José Vilaça (o autor do zimbório do templo do Sameiro), que foi deles o mais prestigioso, o José Morais, o Amílcar Monteiro, um proficiente escultor, o Pintor Armando Basto, o Pintor Abel Mendes e o Escultor Zeferino Couto, este particularmente nas esculturas do Teatro Circo.

2.8 – QUIOSQUES



Eram estruturas da segunda metade do século XIX e que sofreram alterações ao longo do século seguinte.

Em 1890, um requerimento de José Maria Rodrigues solicitava licença para a colocação de um Quiosque, junto do pórtico e do apeadeiro inferior do ascensor, a juntar aos existentes explorados por Clementina Duarte.

Existiam três quiosques: da Esplanada do Templo (Bazar Brasil); do Lago (Bar do Lago); do Pórtico (ou do Arco).

O quiosque do pórtico já estava arrendado em 10 de março de 1904. Novamente arrendado em 9 de janeiro de 1914. Demolido, por decisão tomado em 20 de dezembro de 1924, em virtude do péssimo estado de conservação.

O elegante quiosque do largo do templo, conhecido por Bazar Brasil, bem como o bar da zona do lago, devem-se ao esforço e ao conhecimento do vedor das obras, Bernardo Martins Sequeira, em 1906. Estes polivalentes quiosques, assentes numa estrutura em ferro, ergueram-se a expensas e dedicação do referido mesário, de Júlio António de Amorim Lima e de outros benfeitores e subscritores de um peditório⁷². Não descartamos a hipótese do Bazar Brasil ter sido deli-

⁷² Ata de 21 de maio de 1906.

A exploração destes quiosques também passou pelo regime de arrendamento, com todas as vicissitudes do processo, à semelhança do que se passava com o regime arrendatário dos hotéis⁷³.

Para além de funcionarem como pequenos bares e comércio de artigos religiosos, faziam, por vezes, concorrência à casa das estampas. Daí nas condições prévias, previstas nos concursos de abertura de cada arrendamento, se fixar uma listagem de produtos que podiam, ou não comercializar.

O Bazar Brasil não passava de um romântico botequim, situado na esplanada, eirado ou terreiro do templo, entre a capela da Descida da Cruz e a estátua de Pilatos, local adequado para reanimar os sedentos sob as sombras das árvores frondosas, os aromas naturais e o cantar dos passarinhos. Era uma construção em ferro e madeira, de estilo Arte Nova, «belle époque», que contrastava com a atmosfera do lugar e, por isso, para alguns, feria a sensibilidade e a monumentalidade neoclássica do sítio. Funcionava como posto de venda de refrescos, tabacos, souvenirs e brinquedos.

Em 1927, tendo como desculpa o desgaste do ferro, colocava-se a questão de demolição do Bazar Brasil, uma estrutura verdadeiramente icónica. Colocaram-se em cima da mesa várias propostas alternativas para o substituir, entre as quais, a demolição e transformação num balneário/vestuário para apoio aos campos de ténis, ou transformação numa barraca de tiro.

Tendo em conta o exposto, foi aprovado, em sessão de 24 de outubro de 1927, solicitar planos e projetos para os quiosques a Raúl Lino, com mais premência para o quiosque da esplanada do templo.

No mês seguinte (sessão de 18 de novembro de 1927) o presidente levanta três questões sobre os quiosques: uma sentimental, outra estética, outra económica. A sentimental desaparecera com a morte de Bernardo Sequeira (o construtor, em 1906, do quiosque do templo). A estética condenava a transferência. A económica não existia, uma vez que a renda era mínima e fazia concorrência à Casa das Estampas.

⁷³ Em sessão de 16 de setembro de 1909, a confraria do Bom Jesus do Monte arrenda por seis anos dois quiosques (do Templo e do Lago) a Miguel Francisco Duarte. Em 1916, tendo em contas as propostas do concurso, Domingos Duarte Goja passou a arrendatário dos quiosques do lago e da esplanada do templo por um prazo de cinco anos. Na reunião de mesa de 20 de agosto de 1920, a confraria do Bom Jesus do Monte decide rescindir o contrato com o arrendatário do «Bazar», Domingos Duarte Goja, em virtude do mesmo fazer concorrência com a Casa das Estampas. De acordo com a sessão de 27 de junho de 1934, foi estabelecido contrato de arrendamento do quiosque do templo com Manuel Cardoso.

Daí a necessidade de resolver este assunto por questões estéticas. Perante o exposto, a mesa resolveu consultar o arquiteto Raúl Lino sobre a possibilidade de converter o quiosque em barraca de tiro e se demolisse, desde já, o referido quiosque. Perante as hipóteses em causa, em 1928, Raúl Lino apresenta dois esboços:

– um, para substituir o quiosque da esplanada do templo, com o título «*projeto de transformação do antigo quiosque em vestiário e balneário para tennis*». No fundo, procede do mesmo modo com o que fez no coreto, substitui as colunas de ferro por colunas em granito, mantendo genericamente a estrutura;

– outro, para o quiosque do lago, com base na decisão da mesa da confraria exarada em ata de 10 de maio de 1928. Esta estrutura situava-se no preciso lugar do antigo, que vai ser desmantelado. Esta decisão teve um voto contra do mesário Afonso Marinho. Este projeto visava substituir outro, construído, também, em 1906, a expensas de Bernardo Sequeira, conforme anúncio do *Diário do Minho*, de 9 de julho de 1928, onde se estabelece datas de concurso e exploração do novo quiosque do lago, de acordo com o programa e moldes apresentados por Raúl Lino.

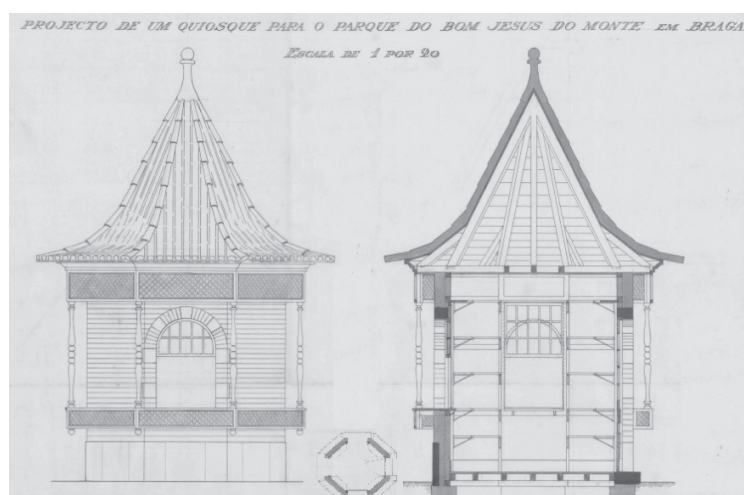
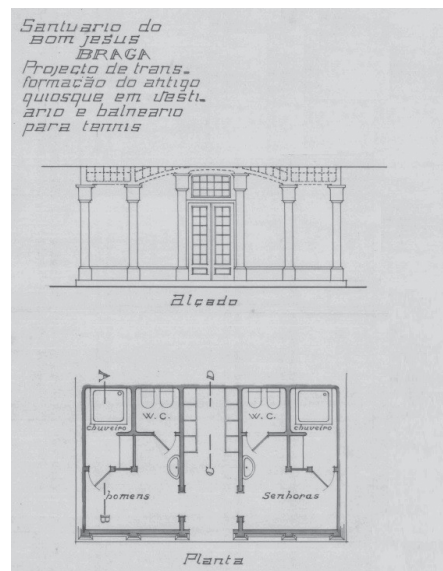
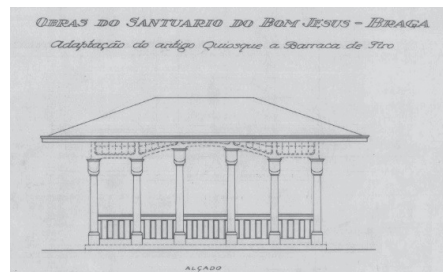
Em abril de 1929, procedeu-se à abertura de propostas para a construção de novo quiosque na esplanada do templo⁷⁴, no local do anterior, nos precisos termos apresentados por Raúl Lino. A única proposta, no valor de 19.990#00, foi apresentada pelo construtor civil Francisco de Sá, morador na rua do Corvo. Esta proposta não foi aceite e a confraria abre um segundo concurso⁷⁵.

No ano seguinte, o juiz presidente da confraria, Duarte Carrilho⁷⁶, informa que já se tinha removido o antigo quiosque (Bazar Brasil) e que se tinham produzido alterações, e melhoramentos na saída do ascensor e na esplanada do templo.

⁷⁴ Ata de 25 de abril de 1929.

⁷⁵ Para dar cumprimento ao exposto, o anúncio do *Diário do Minho* de 14 de junho de 1929, dá conhecimento da arrematação do quiosque do templo.

⁷⁶ *Diário do Minho*, de 30 de julho de 1930.



CONCLUSÃO

Numa sùmula temática e ideológica, Raúl Lino procurou no Bom Jesus articular a tradição com o neoclássico, revelando pormenores de um naturalismo romântico, o estilo «Casa Portuguesa», o uso do granito, as bases e colunas em granito, a utilização de varandas, alpendres, «pérgulas» de feição mediterrânica, os azulejos como exigência de cultivar a tradição portuguesa com motivos florais e vegetalistas, em detrimento do ferro forjado ou batido da «Art Nouveau».

A «belle-époque» foi marcada por profundas transformações culturais, com novos modos de pensar e viver. Tempos de «Moulin Rouge», de Henri de Toulouse-Lautrec, cabarés, cancan, cinema, impressionismo e «Art Nouveau». Tempos de inovações: telefone, telégrafo, automóvel. Tempos de cafés-concertos, balés, ópera, livrarias, teatros, *boulevards* e alta costura.

A Arte Nova surge neste contexto, como uma corrente artística que teve seu início na Europa nos finais do século XIX, com um caráter bastante decorativo. Esse movimento abrangeu as artes plásticas, o design de interiores e a arquitetura. Surgiu num período dominado pela tradição e pelo rigor formal de outras correntes, como a Arte Académica e a Neoclássica, num momento de desenvolvimento da segunda revolução industrial e da experimentação de novos materiais, como o vidro (vitrais e mosaicos), metal, madeira, ferro, o estilo floreado, a estética naturalista (folhas, flores), elementos decorativos, formas sinuosas, ondulantes e assimetria, sendo substituído, de forma natural, pela «art déco», uma certa inspiração no rococó e no barroco (Antoni Gaudí, Alfons Maria Mucha, Gustav Klimt, Victor Horta).

Na sua obra patente na estância, o polémico Raúl Lino deixa-nos marcas do seu estilo conservador e poético, nas formas e nos pormenores. Assim constatamos um retorno ao neoclássico, com origem em Carlos Amarante, ao estilo «Casa Portuguesa», em detrimento da conservação e renovação de estruturas da «Art Nouveau», em síntese, estamos perante um expressivo criador de uma «arte nova portuguesa» na busca de uma identidade nacional».

BIBLIOGRAFIA

- D'Orey, Manuel Bernardo, *Fundamentos da Arquitectura em Raúl Lino*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2012.
- Fernandes, José Manuel, *Arquitectura portuguesa: temas actuais*, Lisboa, Edições Cotovia, 1993.
- Fernandes, José Manuel, *Português Suave: arquitecturas do estado novo*, Lisboa, IPPAR, 2003.
- Irene Ribeiro, *Raúl Lino, pensador nacionalista da arquitectura*, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1994.
- Jencks, Charles, *Movimentos Modernos em Arquitectura*, Lisboa, ed. Edições 70, 1985.
- Lino, Raúl, *A Casa Portuguesa*. Lisboa: Commissariado Geral da Exposição de Sevilha, 1922.
- Lino, Raúl, *A Nossa Casa – Apointamentos sobre o bom gosto na construção de casas simples*. Lisboa: Atlântida, 1918.
- Lino, Raúl, *Casas Portuguesas – Alguns apontamentos sobre o architectural das casas simples*, Lisboa, Valentim de Carvalho, 1933.
- Pereira, Paulo Alexandre Alves Manta, *Raúl Lino – Arquitectura e Paisagem (1900-1948)* Lisboa, 2012.
- Pereira, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, Lisboa, ed. Círculo de Leitores e Autores, 1995.
- Quintino, José Luís da Costa, *A obra do arquiteto Raúl Lino*, Universidade Nova de Lisboa, 1983;
- Irene Ribeiro, *Raúl Lino, Pensador nacionalista da Arquitectura*, Universidade do Porto, 1993.
- Maria do Carmo Pimenta de Vasconcelos e Sousa Lino, *As artes decorativas na obra de Raúl Lino*, Universidade Lusíada, 1999.
- Bernardo D'Orey Manoel, *Permanência e revelação em Raúl Lino*, Universidade Lusíada, 2007.
- Ribeiro, Irene, *Raúl Lino, Pensador Nacionalista da Arquitectura*, Porto, Faculdade de Arquitectura da UP, 1994.
- Santos, Joana Santos, *Raúl Lino (1879-1974)*, Quidnovi, 2011.
- Silva, Raquel Henriques, "Arquitecturas de veraneio" in *Património Estudos*. Revista semestral do Instituto Português do Património Arquitectónico, nº 7, 2004, p.5-10.
- Silva, Raquel Henriques, in *Miguel Ventura Terra. A arquitectura como projecto de vida*. Esposende: Câmara Municipal de Esposende, 2006 (catálogo de exposição coordenado por Ana Isabel Ribeiro).